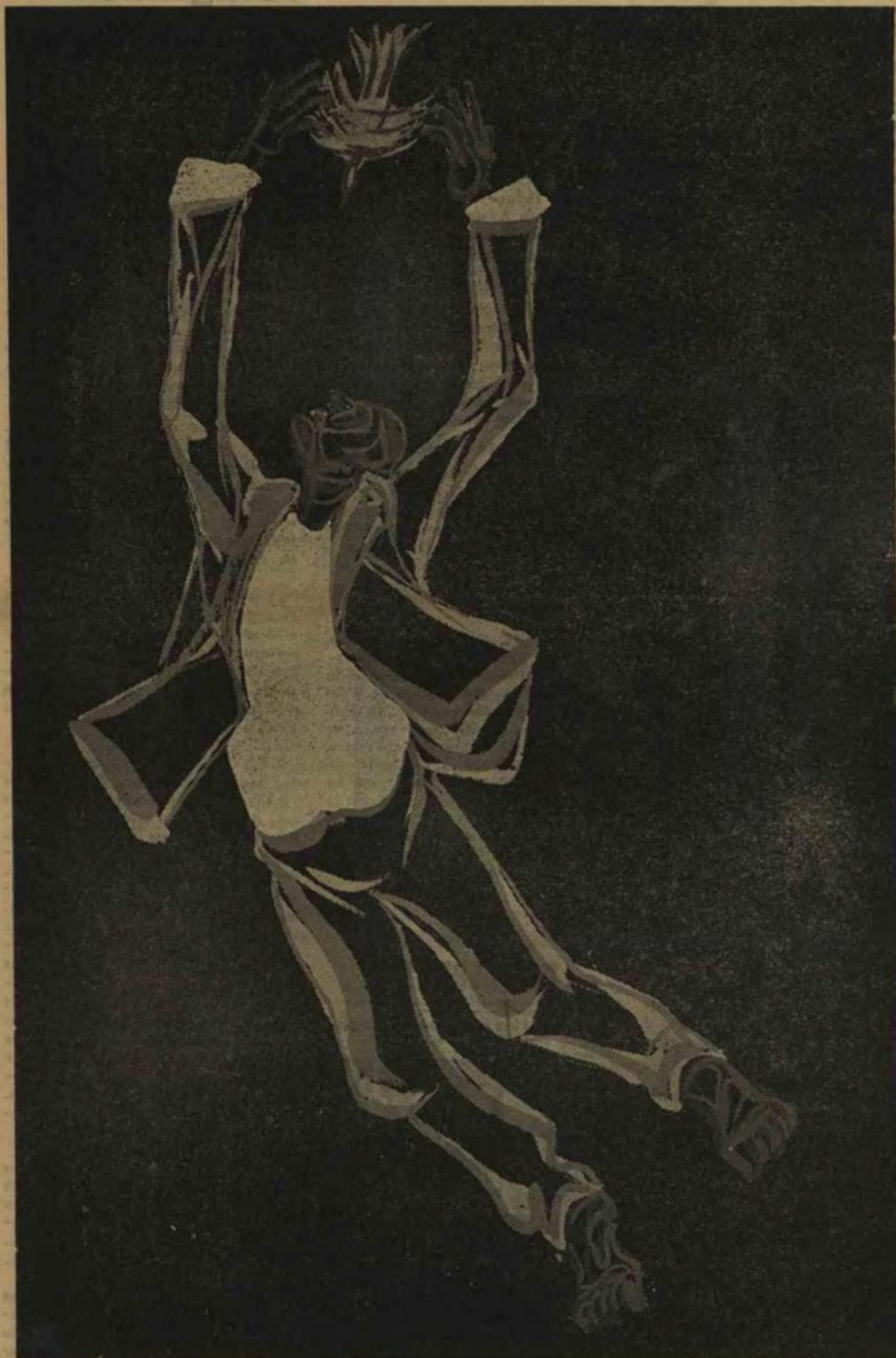




PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO VI — N.º 58 — SÃO PAULO, MARÇO DE 1962 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

ANISTIA!



Cartas de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia nos Presos Políticos de Portugal.

O sustentáculo básico da ditadura fascista de Salazar é a repressão. Todos aqueles que, por convicções políticas, ou por anseios de melhor vida, ou por solidariedade, manifestam a sua oposição ao regime ditatorial, são imediatamente atingidos pela polícia fascista. Despedimentos, prisões, condenações, espancamentos e, para tantos já, a morte, são as respostas que Salazar dá aos protestos do povo português contra a opressão e a miséria.

Este estado de coisas, tem piorado com o incremento da luta e com a conseqüente crise do regime salazarista. Os protestos contra a repressão, a exigência de inqueritos aos métodos da polícia política e a luta pela libertação dos presos políticos tem aumentado cada vez mais.

Hoje todas as correntes da oposição em Portugal lutam corajosamente contra a repressão e por uma larga Anistia. Não só em Portugal mas na emigração todos os oposicionistas compreendem a importância sempre acrescida da luta pela Anistia e, por isso, as Conferências de S. Paulo e de Montevidéu pela Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal receberam o apoio unânime dos portugueses emigrados e corresponderam sem dúvida a um ponto alto da solidariedade dos povos latino-americanos (o brasileiro em primeiro lugar) para com o povo português. A Conferência que se realizará em Paris, reunindo os mais insígnies representantes da opinião pública da Europa ocidental, vêm reforçar o apoio a esta causa justa, e humanitária. PORTUGAL DEMOCRATICO apóia in-

Quando Alvaro Lins assumiu a presidência, para que o convidavam todos os democratas portugueses, da primeira Conferência Pró-Anistia, realizada em São Paulo, em 1960, ele aceitou, também num tácito entendimento a missão que os patriotas portugueses cuja luta contra a ditadura fascista de Salazar os levava à prisão, nas cadeias e nos campos de concentração, confiadamente, lhe pediam que fosse o embaixador deles todos, junto dos patriotas de todos os países, para quem a liberdade não é, apenas, uma palavra entre tantas outras, existentes em qualquer dicionário.

Missão de grande sacrifício, porque ela exige, a cada dia que passa, estudo atento, e em número cada vez maior, de casos de perseguições, de arbitrariedades, de violências as mais espantosas, de assassinio até, para arrancar-lhes a roupagem de falsidades e artifícios com que a propaganda de Salazar procura ocultar os crimes cometidos pelos sicários desse velho ditador. E, depois, apontá-los em toda a sua hediondez, um a um, aos homens livres do mundo inteiro. Missão de grande sacrifício, a que Alvaro Lins tem dedicado sempre, e infatigavelmente, o melhor de sua inteligência e do seu tempo.

Hoje, que esse grande e generoso movimento de solidariedade humana, que é o da luta pela Anistia, ganha um novo ímpeto, porque, vencidas as últimas dificuldades, já está assegurada a realização em Paris e num futuro muito próximo da Conferência da Europa Ocidental pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, e à qual (além de um Boletim especial, publicado em separata) dedicamos a primeira página desta edição do nosso jornal, Alvaro Lins deveria ser, como foi a primeira figura que saudamos.

Ao lado destas palavras, estampamos um desenho. É um trabalho de outro grande brasileiro, o pintor Clovis Graciano, em cuja carreira encontramos muitos outros gestos de solidariedade aos lutadores pela Liberdade. Esse desenho, familiar a todos nós, cobrirá, em cartazes, os muros de Paris, anunciando a presença, na capital da França, da delegação que representará, na Conferência, os antifascistas portugueses exilados ou expatriados no Brasil.

E, ainda, nesta página, tribuna de honra dos brasileiros que, ombro a ombro, vêm lutando ao nosso lado pela Anistia aos Presos Políticos de Portugal, nós vemos nomes de algumas centenas dos muitos milhares de cidadãos que estão assinando, a esta hora, listas de protestos contra o assassinio, numa rua de Lisboa, do pintor José Dias Coelho, e contra as torturas bestiais de que são vítimas os patriotas seus irmãos, nossos irmãos, encerrados em cubículos de cimento e ferro, nas prisões de Salazar. Eles são, todos, um símbolo e exemplo de dedicação total na luta pela liberdade do Povo Português.

Esta página é deles, também, e até eles chegará, atravessando as muralhas de pedra das masmorras e a barreira de aço das armas empunhadas pelos carcereiros da

PIDE, o eco desta duas palavras, vindas de toda a parte, e que, um dia, breve, farão cair as muralhas e baionetas: Liberdade! Anistia!

NOVAS LISTAS DE PESSOAS QUE ASSINARAM O PROTESTO CONTRA O ASSASSINATO DO ESCULTOR DIAS COELHO E AS TORTURAS SOFRIDAS PELOS PRESOS POLITICOS:

Germinal Feijó Deputado Estadual.
Pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas e Mecânicas de Material Elétrico de São Paulo — Remo Forli, Presidente; José Araujo Placido, Vice-Presidente; Conrado Del Papa, 2.º Tesoureiro; José Bustos, Secretário Geral; Dr. Cristovão Pinto Ferraz, Assistente Jurídico.
Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçado de São Paulo — Joaquim Tavares, Vicente Accia.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e Oficiais Eletricitistas de São Paulo — João Louzada, José Eduardo da Silva, Oscar Grund da Rocha, Luis dos Santos, Diogo Baeza, Cristóbal Valverde Martinez, João dos Santos, Pedro Norez, Herminio Soares, José Albertino, Manuel Dias Pereira, Antonio Ramos Neto, J. Patricio de Sousa, João Sebastião de Sousa, Antonio Ferreira, José Alves Borges, Geraldino Vieira, Homero Romero, João Romão Parra e José Bispo Araujo.

Pelo Sindicato do Padeiros e Confeiteiros de São Paulo — Reginaldo Dias Nascimento, Evaristo Duval.

Urames Pires dos Santos, engenheiro; José de Sampaio Leite, engenheiro; José Julio Filho, engenheiro; Renato Marasti, industrial; Gladstone M. Bustamante, engenheiro; Ugo di Franco, arquiteto; Marconi Luciano, engenheiro; Cid Muniz Barreto, engenheiro; Benedito Pereira, funcionário; Paulo Torres, funcionário; Nelson Sotto Maior, químico; João Sarmento Pimentel Industrial; Fernando Lemos, pintor; António Ricca Gonçalves, engenheiro; João M. Tito de Moraes, estudante; Augusto Aragão, contabilista; Febus Gikovate, médico; Manoel Carvalho, engenheiro; Márcia Vieira Mello, construtora; Ronaldo C. R. da Silva, estudante; Mauricio de Vasconcelos Pinheiro, estudante. Pres. da U. E. E.; Joaquim S. Almeida, torneiro mecânico; Antonio Zago, estudante; Claudio Moraes, func. publico; Neusa Zvanella, estudante; Zaf Victor, bancário; Calil Chade, professor; Coracy Ferrer, bancário; Neusa Maria Gomes, estudante; Luis Carlos R. Silva, engenheiro; Delamar Machado, tec. industrial; Antonio C. L. Granada, estudante; Walter Martins, liberal; João Alves, ferroviário; Pedro Leandro Gonçalves, ferroviário; Rio Branco Paranhos, vereador e advogado; José Celini, desenhista; Sylvio Cerrellini, engenheiro; Roberto Neumann, químico; Maurício Tragtenberg, professor; Clóvis de Carvalho Junior, pesquisador; Paul Singer e Zuleika Alvim, da Direção Nacional do Partido Socialista Brasileiro; Alexandre Antunes Pereira, rep. comercial; Nicolau J. Nael, vendedor; Augusto dos Santos Abranches, jornalista; Maria Irolinda Jesus Roque, prendas domesticas; Avelino Henriques, comediante; Silério Costa Letra, administrador de bens; Julielle Montsil, comerciante; Manuel Pereira Lobo, des. de máquinas; Roberto Bosnich, des. de máquinas; Mário A. Garbo Planejador; Ana Maria da Silva, Secretária; Eugénio Stephen, electrotécnico; Arthur Reis, advogado; Walter Ferreira, engenheiro; Roque de Lima, contador; José Alfredo Greco, engenheiro; Bruno Richard Fuess, engenheiro; Mario Lina Cardoso,

teiramente essa iniciativa e sauda calorosamente todos os homens de coração da Europa ocidental que sabem sobrepor aos seus credos políticos as razões humanitárias de um pedido de Anistia que se faz urgente.

PORTUGAL DEMOCRATICO interpretando o sentir dos portugueses de coração, emigrados no Brasil, de todo o povo brasileiro e do seu governo, que repetidas vezes manifestaram o seu apóio e deram o seu auxílio em prol da Anistia aos presos e exilados políticos portugueses, apela para todos os seus leitores, assinantes e amigos, para que ajudem e apoiem a realização da Primeira Conferência da Europa Ocidental pela Anistia em Portugal.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

dentista; Carlos Pereira, industrial; Louis F. Outtin, engenheiro; Nilo de Oliveira, funcionário; Paschoal Giardullo, geólogo; Francisco Sarmiento Pimentel, industrial; Jorge de Sena, escritor e prof. universitário; Carlos Cruz, engenheiro; Manuel Tito Morais, engenheiro; Camal Scha. m. universitário; João Chakian, solicitador-acadêmico; Virginia T. Maestri, professora; Deise Oliva, estudante; Egidio Di Beo Neto, estudante; Vanderlei Orfolchi, estudante; Dalva A. Mattoso, estudante; Lydia Krasnikovicus, estudante; D. Mattos, desenhista; Antonio R. Vieira, projetista; José Krasnikovicus, estudante; Glauco F. S. Brás, estudante; Angelo Barone Netto, engenheiro; Lenira Machado, estudante; Ceici Kameyama, estudante; A. Pereira Dias, ferroviário; Osvaldo Salles, ferroviário; Rosirís Ribeiro, estudante; Domingos Gonçalves, Ceramista; Oswaldo Camera, funcionário público; Saveiro Di Giano, contínuo; Alexandre Leal Dias, rep. comercial; Armando Sanchez, solicitador; Laércio Bastos Ferreira, escriturário; Henrique Pereira Santo, professor; Fernando Costa, balconista; Cândida Ferreira Barbosa, comerciante; Joaquim José, espontâneo; Luís Henrique Gomes, comerciante; Enéas Forte, des. Máquinas; Herbert Schmidt, desenhista; Fernando Vieira, gerente; Teresinha S. Martins, secretária; Ginés Peres Romero, pedreiro; Francisco Perez, marceneiro; Antonio Negro Canas, relações públicas; Mário Zecchini, comerciante; José Gomes Pereira Loureiro, Comerciante; Expedito José dos Santos, vendedor; Aurelio Gomez Blasco, electricista; Francisco Manoel, ferroviário; Santiago Nieto, jornalista; Neide Boruzo, escrituraria; O. Moreto, estruário; Eugénio Lopes, jornalista; Lenine de Jesus Alexandre, desenhista; Adelino Salgado Matias, ferramenteiro; Filipe Santamaria, ferramenteiro; João Fialkoscis, ferramenteiro; Pedro Gomez, ferramenteiro; Nelson B., ferramenteiro; Orlando Cerrett, plainador; Cactano Torelli, aux. escritório; Manoel Costa, mecânico; Maria Aldina Rolo Alex., contabilista; Alberto Corominas Martin, electrotécnico; Patrocínio de Ouro Preto, electrotécnico; Alberto Pereira de Oliveira, electricista; Demerval de Castro, electricista; Benito Corominas Casas, corretor; José Langone, comerciante; Armando José Biorini, comerciante; Bernardo Pires, comerciante; Petucci Orológ., comerciante; Francisco Lilla, comerciante; Augusto de Almeida Cesar, comerciante; Francisco de Arruda, comerciante; Valdemar Silva, comerciante; António Ferrari, comerciante; Manoel Lara, electricista.

FORAM CINCO OS AGENTES DA PIDE QUE ASSASSINARAM A TIROS O ESCULTOR DIAS COELHO SABENDO-SE JÁ A IDENTIDADE DOS SEGUINTES: MANUEL LAVADO (morador na Estrada da Damaia 43 — r/c D.o) e PEDRO FERREIRA, agente n.o 396. TUDO INDICA QUE A BRIGADA FOI COMANDADA PELO CHEFE JOSÉ GONÇALVES, ASSASSINO CONFESSO DO CAMARADA ALEX.

RECORDAI ESTES NOMES!

Industriários — Algeniro Previato, Geraldo Previato, Aroldo Lima Araujo, Zefirino Fraga, Walter Lopes, Elídio Perassoli, Cesário Perassoli, Gilda Mojano, Vicente Loreta, Natal Béo, Halia Béo, Eduardo R. Faria, Silvestre do Campos.
Advogados — Dr. Murilo de Melo, Dr. Odilvo Munerato, Dr. João Soares, e Dr. Manuel Sertório.
Electricistas — Fernando da Silva Ramos, José Miguel Martins, Ronaldo C. Neves, Nobu Hara, David Darduel e Orlando Panzonato.
Comerciantes — Jairo Ramos da Silva, Antonio Bidarra da Fonseca.
Mecânicos — José Simões, Carlos Forlan, Waldemar Gomes, Amadeu Leite, Felizberto dos Santos e João Orlando.
Metalúrgicos — Renato Gila, Paulo M. Jamasaki, Mario Marques Dias.
Estudantes — Bendor, Maria Sofia C. Aragão.
Técnicos Industriais — Manuel Ferreira Moura, Alvaro Augusto Fonseca, Ricardo A. Montes, Marcilio Martins e Luiz Valenzuela Torrellas.
Sapateiros — Moacyr Nogueira, Vitor Prolzano e José Baliaro.
Jornalistas — Antonio Gil e Pedro Rocha.
 José Maniero, dentista; Manuel D. Alcântara, retificador; Benedito B. Guimarães, estampador; João Moreira Raja, operador; José Batista dos Santos, pedreiro; Maria Irene C. Aragão, professora; Antonio Ribas, comerciante; Eulália Marques da Silva, doméstica; Hélio De Blas, engenheiro; Jordano Benvenuto, inspector técnico e José Voltolini, soldador.

(Continua)

O terror policial contra a democracia

«Audacia subversiva...»

Aniversário do 31 de janeiro

Perseguições

Marinheiros refugiados na Austrália

A UDP enviou à Embaixada da Austrália no Brasil esta carta:

Exmo. Sr. Embaixador da Austrália Rio de Janeiro — G. B. Excelência:

O diário inglês "Guardian" de 10 de Janeiro último noticiou a intenção do Governo Australiano em entregar ao Governo Português os três marinheiros da belonave portuguesa "Gonçalves Zarco", há pouco refugiados na Austrália.

Só podemos compreender tal notícia por erro de informação do jornal referido, ou por informações deformadas prestadas pelo Governo da Portugal ao Governo de Vossa Excelência. E' prevenido esta segunda hipótese que nos permitimos vir junto de Vossa Excelência declarar o seguinte:

a) O Governo do Dr. Salazar domina Portugal há 35 anos contra a vontade evidente da quase totalidade do povo português. Esta evidência pode ser confirmada por qualquer observador esclarecido e pensamos que poderia sê-lo pelo representante do Governo de Vossa Excelência no nosso País.

b) O Governo do Dr. Salazar tem todas as características dos governos fascistas que dominaram a Europa nos anos de 30: prisões arbitrárias pela Polícia Política; recusa aos presos políticos de recurso aos seus advogados durante a instrução dos processos; detenção sem culpa formada por tempo ilimitado; emprego da tortura até à morte como meio de obter confissões ou simplesmente como "Exemplo"; assassinato nas ruas ou nas residências das vítimas dos adversários do regime; organização militar da Juventude escolar; proibição às empresas particulares e aos serviços públicos de darem empregos aos adversários do regime; proibição de reunião de mais 3 pessoas sem autorização do Governo; censura à imprensa periódica e ao livro; campos de concentração; etc., etc.

c) Contam-se hoje por milhares as pessoas fugidas do inferno salazarista e que encontram refúgio e trabalho noutros países como a França, o Brasil, a Venezuela, o Uruguay, os Estados Unidos, a Itália, a Inglaterra etc.

d) O Governo do Dr. Salazar é um governo de mistificação. Promove eleições cujos resultados são fixados de antemão com o objectivo de mistificar a opinião mundial, dando a aparência de democracia à mais vil das tiranias. Chama Províncias Ultramarinas às regiões africanas dominadas pelo mais retrógrado regime colonial.

São estes esclarecimentos que trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência e que pedimos para levar ao conhecimento do seu Governo.

Esperamos pois que os três marinheiros que pediram asilo na Austrália o obterão num ato de humanidade que os livrará dos carrascos da Polícia Política e que só poderá reforçar os laços de amizade que unem os povos dos dois países.

Creia, Senhor Embaixador, na nossa sincera simpatia pelo Grande País que representa e aceite as nossas mais cordiais saudações.

Pela Unidade Democrática Portuguesa

PORTUGAL DEMOCRATICO



O jornal PRIMEIRO DE JANEIRO, do Porto, um dos órgãos mais conceituados da imprensa portuguesa publicou, no dia 1.º de fevereiro ultimo, o relato de uma sessão da Assembléia dita Nacional.

Transcrevemos, dessa notícia, a parte em que o deputado Armando Candido comentou o estado de espirito observado em diversos meios da população de Portugal.

O trecho referido, dispensa, parece-nos, quaisquer comentários:

CONSIDERAÇÕES A PROPOSITO DO AMBIENTE NACIONAL

A começar a sua intervenção, o deputado Armando Cândido referiu-se as homenagens que, na Assembléia Nacional, foram prestadas à memória do subsecretário do Exército, que morreu no decurso dos acontecimentos em Beja.

Recordou as considerações que fizera, na sessão de 13 de dezembro do ano findo, a propósito de certo clima insurreccional existente no país, e alimentado pela audácia subversiva, pelo atrevimento impune e pelo maquiavélico de alguns, perante a hesitação, o comodismo e a diferença de muitos.

Depois de afirmar que, ao fazer tais valcínios, não dispunha de informações especiais, acrescentou: "O espaço de tempo entre aquela data e o assalto ao quartel de Beja abrange dezóito dias e o certo é que aliud ao clima de insurreição existente na altura clima esse que cumpria — prevenio-o abertamente — varrer, sem demora, das nossas paragens.

A seguir o orador analisou, desenvolvidamente, os diversos métodos utilizados na guerra revolucionária, e disse, a concluir: — "Um grande e incessante trabalho psicológico de dissolução da frente interna está sendo tentado pelo inimigo da nossa razão de ser e da nossa paz ativa. Os sinais são nítidos e as provas rompem de todos os lados. Na repartição, na escola, na oficina, e até no campo, sente-se o roer do inimigo. Em algumas repartições, quase se pede licença para dizer uma palavra em abono do regime. Em algumas escolas torna-se difícil pensar em voz alta contra as esquerdas. Em algumas oficinas a atitude que envolve maior risco, está sendo a de tentar apagar o fogo revolucionário que nelas se manifesta. E nos campos, até nos doces campos deste Portugal onde rumorejam as enxadas na sadia faina de amANHAR a terra, começam a ser contrabafidos, aqui e além, os que procuram deter a onda subversiva, dando-lhe batalha a valer".

REPRESSÃO BARBARA EM PORTUGAL

LISBOA, fevereiro — Embora os jornais tenham dedicado apenas algumas linhas ao acontecimento, o governo não conseguiu impedir que a população tomasse conhecimento da bárbara repressão policial verificada no Porto quando as autoridades dispersaram violentamente os manifestantes que comemoravam nas ruas o aniversário da revolução republicana de 1891.

Uma multidão de muitas dezenas de milhares de pessoas, reunida no centro da cidade, cantou o hino nacional e apuou em coro a polícia quando, esta apareceu para dispersar a concentração com caminhões-tanque. A confusão que se estabeleceu foi enorme e logo que os jactos de agua entraram em ação, todo o trânsito nas arterias centrais ficou paralisado. A certa altura, as luzes foram spgadas e surgiu um carro da policia com alto-falantes, recomendando "às pessoas de bem" que se retirassem pois as ruas iam ser "limpas". Entretanto, duas horas depois, apesar de terem já sido retirados do local da manifestação mais de 25 feridos, ainda permaneciam centenas de pessoas nas ruas centrais vaiando as autoridades.

FESTEJOS EM PARIS

Para comemorar o aniversário da Revolução de 31 de Janeiro o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal organizou no passado dia 4 de fevereiro um banquete com a presença de mais de 70 pessoas.

Presidiu a este banquete o escritor Exmo. Sr. Dr. Antonio José Saraiva ladeado pelo Dr. Santana Dionisio e Dr. Emidio Guerreiro. Usaram da palavra os Exmos. Srs. Drs. Ernesto Babo, Dr. Emidio Guerreiro e varios estudantes, que foram vivamente aplaudidos.

Em nome dos operários residentes em Paris apresentou um magnifico discurso o operario José Inacio.

Por unanimidade foi aprovado o seguinte telegrama a enviar ao almirante Americo Tomás:

"Exmo. Sr. Almirante Americo Tomás Lisboa

"Portugueses democratas reunidos em Paris almoço comemorativo 31 de Janeiro tendo noticia manifestações povo Porto Liberdade Democracia exprimem protesto contra violenta repressão exigem libertação democratas presos".

Aos jornais portugueses foram enviadas as cartas de que juntamos cópia.

(Cópia da carta enviada aos jornais portugueses)

Paris, 4 de Fevereiro de 1962 Exmo. Sr. Diretor do jornal

Os Portugueses democratas, residentes em Paris, reunidos em almoço comemorativo do 31 de Janeiro, têm a honra de comunicar a V. a sua solidariedade com os manifestantes das ruas do Porto no dia 31 de Janeiro passado. Essa manifestação é uma expressão da vitalidade do Povo português e do seu desejo de pôr termo rapidamente a um regime político que arrasta o nosso país para um novo Alcácer Quibir, depois de o ter reduzido à miséria economica e civil. Os democratas portugueses de Paris saudam os manifestantes do 31 de Janeiro pela sua coragem, pela sua iniciativa e pelo exemplo que apontam à continuação da luta contra a ditadura fascista. Esperamos de V., no cumprimento da sua missão de jornalista, leve ao conhecimento público este documento. Os participantes no almoço comemorativo do 31 de Janeiro.

—oO—



O Fascismo de Salazar é uma ameaça à paz mundial

JORNALISTAS PRESOS EM LISBOA

LISBOA, — Foi preso o dr. Tengarinha, chefe da redação do "Diário Ilustrado" que se publica nesta cidade, pretexto de actividades contra a segurança do Estado. Foi detido na sua própria redação e consta que foi um dos dirigentes das manifestações de estudantes que se realizaram nas vésperas das ultimas eleições. Recentemente a PIDE libertou um jornalista do "Diário de Lisboa", Raul Rego, que esteve detido um mês apenas por ter assinado o Manifesto da Oposição Democrática. Durante a prisão, foi esbofetado por um elemento graduado da Polícia Internacional.



PORTUGAL DEMOCRATICO

O CALVARIO DAS "PROVINCIAS" ULTRAMARINAS

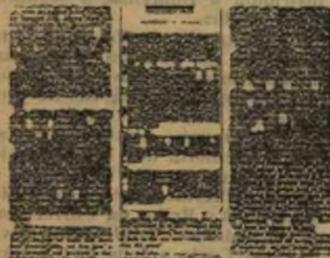
Goa libertada

FREE GOA

GOA FREED

COLONIALISM IN INDIA LIQUIDATED

TRIBUTE TO THE GREAT VISION OF LUCIO MIRANDA
A TRYST FULFILLED



Fac-simile do primeiro número da "FREE GOA" (Vol. n.º 25, dez. de 61) após a Libertação.

Mais afortunado do que Tristão de Bragança Cunha — a quem os goeses ainda hoje chamam "Artífice da Libertação" e cujo exemplo norteou, mesmo depois da sua morte, os patriotas que lutaram até à vitória final, em dezembro do ano passado — um outro líder goês, teve a ventura de ainda poder escrever:

... só me resta pronunciar, com sincero prazer e entusiasmo, a palavra que baila nos lábios de todos os goeses que amam a sua terra e se orgulham de sua ancestralidade indiana: Jai Hind!"

Em seguida ao grito de júbilo, lemos, naquela letra miudinha que, uma ou outra vez nos enviava notícias da luta contra o colonialismo, um nome: Lucio de Miranda. E, ainda de proprio punho, o local e data de onde êle enviava àquela saudação aos seus compatriotas: Londres, dezembro de 1961.

Lucio Miranda nasceu em Goa, foi estudante na Universidade de Coimbra e em sua carreira de educador lecionou em Açores e foi vice-reitor do Liceu de Goa.

Intellectual de renome internacional, autor de uma "Biografia de Ghandi", de "Tagore — o poeta das crianças" e outros estudos, redigiu também, trabalhos de cunho político, dentre os quais anotamos: "A Índia Portuguesa Quatrocentos anos de Colonialismo"; "O Problema de Goa"; "Nacionalismo e Direitos Elementares", e muitos outros escritos, dispersos em jornais e revistas de varios países.

Assim, mesmo depois da morte, Lucio Miranda vive nas paginas desse numero especial de "Free Goa", de 25 de janeiro, que se seguiu aquele outro, o primeiro depois da Libertação que reproduzimos, aqui, nesta gravura. Ao lado de Lucio Miranda, Manohar Sardesai celebra a vitória em dois poemas: "Os Libertadores" e "O fim do Exílio". E o pintor A. da Cruz, em traços de extraordinario vigor fixou nessa edição especial o alvorecer jubiloso de "O Dia da Independencia".

Evocada, nestas poucas palavras, a memoria de Lucio Miranda, que teve, na filha Shakuntala, dedicada colaboradora, acompanhamos agora, com o coração, neste principiar do ano, os primeiros passos do Povo de Goa ao longo da estrada belíssima que é a da Liberdade.

Amizade

e

Solidariedade

Democratas portugueses residentes no Brasil enviaram ao Embaixador da Índia nesse País e ao Conselho dos Goees as seguintes mensagens:

São Paulo (Brasil), 5 de Fevereiro de 1962
Exmo. Senhor Embaixador da Índia
Rio de Janeiro — G.B.
Excelência

O Conselho Geral da Convenção Política dos Goees, dirigiu ao Povo Português uma mensagem de Amizade e Solidariedade.

A Unidade Democrática Portuguesa respondeu a essa mensagem pelo documento de que temos a honra de juntar uma cópia, com o pedido de ser enviada ao Governo Indiano.

Uma convivência de 450 anos, deixou traços profundos de ligação entre os dois Povos que acabaram por se compreender e por se tornar amigos, independentemente, diremos até, algumas vezes, apesar das ações dos seus Governos.

Estes laços de amizade que o Povo de Goa nos confirma existirem e que estamos certos se estendem a todo o Povo Indiano, quer o Povo Português salvaguardá-los.

Nós os democratas portugueses, não hesitamos em publicamente responsabilizar o ditador pelos factos ocorridos em Goa, em o responsabilizarmos do crime de persistir em manter a mancha colonial no território Indiano. O Povo

Goês conquistou a sua liberdade um pouco também com a ajuda do Povo Português que sempre apoiou as legítimas aspirações dos Povos à auto-determinação e assim o reconheceram os Goees através da nobre mensagem que nos enviaram.

Muito há contudo a fazer, Senhor Embaixador, para preservarmos das arremetidas fascistas a amizade dos dois povos.

O Governado da Índia, desejoso de regularizar uma situação necessariamente transitória, naturalmente interessado na defesa dos seus cidadãos residentes em territórios sob a administração portuguesa, parece ter tomado a iniciativa de contactar com o Governo de Salazar — aquele que sempre se recusou a negociar — no sentido de conseguir o repatriamento das tropas portuguesas e a libertação dos cidadãos da Índia metidos nos campos de concentração salazaristas.

A Oposição Portuguesa, Senhor Embaixador, sente-se no dever de manifestar junto do Governo Indiano a sua preocupação sobre este melindroso assunto.

A enorme maioria dos portugueses feitos prisioneiros em Goa, manifestou claramente o seu repúdio pela política salazarista ao recusar-se a combater pela defesa de interesses mesquinhos de meia dúzia de famílias ou de oligarquias estrangeiras.

Esses homens se voltarem a Portugal, arriscam-se muito seriamente a sofrer as iras do ditador que mandou que se batassem.

E o ditador não gosta de ser desobedecido.

Por outro lado, entre os prisioneiros devem encontrar-se "Carrascos" do Povo Português e do Povo Goês, que não podemos admitir sejam salvos pelo Governo Indiano do castigo que merecem.

Seria uma afronta para Goees e Portugueses que o Governo India-

no não querará praticar.

E' invocando a posição que tomamos face à luta de libertação do Povo Goês e ainda a amizade e solidariedade que nos unem, que vimos solicitar ao Governo Indiano:

1 — Que só sejam repatriados os portugueses que, livres de quaisquer coações declarem desejar voltar a Portugal.

Aqueles que manifestarem um desejo contrário sabem poder contar com a ajuda dos nossos dois Povos.

2 — Que os policiais, em especial os funcionários da PIDE e também os elementos mais responsáveis da governação fascista na Índia, só sejam trocados por prisioneiros políticos indianos, portugueses e africanos, que todos sofrem nas masmorras salazaristas o "crime" de lutarem pela liberdade dos seus respectivos Povos.

Estas condições, Senhor Embaixador, parece-nos ser as condições mínimas que poderiam ser apresentadas para que se efetue o acôrdo previsto.

Há 35 anos que lutamos pela libertação do nosso Povo, bem merecemos que o Governo da Índia, que os Governos dos países democráticos do mundo nos apoiem nesta batalha que é uma batalha pela defesa dos ideais que nos são comuns.

Atendendo aos frequentes apelos anteriores do Governo Indiano, estamos certos de poder encontrar ainda hoje, os meios necessários a salvaguardar a amizade dos nossos dois Povos, assim como os seus legítimos interesses culturais e materiais.

Apresentamos ao Governo da Índia e a Vossa Excelência, Senhor Embaixador, a expressão da nossa maior consideração e as nossas Saudações Democráticas.

Pela Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa — Tito de Moraes.

NO DIA 25 DE JANEIRO DE 1962, O JORNAL "FREE GOA" DIVULGOU EM SUA EDIÇÃO ESPECIAL, COMEMORANDO A LIBERTAÇÃO, O NOME DESTES PATRIOTAS INDIANOS, AINDA NAS PRISÕES DE SALAZAR:

PROF. LAKSHMIKANT BEMBRE, PROF. DATATRAYA DESHPANDE, MOHAN RAMADE, PANDURANG SHIRODKAR, NILKANT KARAPURKAR (EM LISBOA), GUILHERME DE SOUZA TILCO, NARAIN NAIK, JAYWANT KUNDE E MUKUND DAKOMAR (EM ANGOLA).

MENSAGEM AO POVO DE GOA

Ao povo de Goa, através do Conselho Central da Convenção dos Goees e da Comissão Executiva da "UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA" — Índia

Da "Unidade Democrática Portuguesa" ao Povo de Goa.

A vossa mensagem ao Povo Português, de apoio à luta que travamos contra a ditadura fascista de Salazar, a vossa calorosa adesão à batalha que todo um Povo trava contra uma ditadura odiosa que o oprime há mais de 35 anos, o reconhecimento da atitude tomada pelos democratas portugueses que reclamam de longa data para todos os Povos, o direito de manifestarem livremente as suas opiniões e de diporem dos seus próprios destinos, constituiu para nós forte estímulo, que a Unidade Democrática Portuguesa, no Brasil, vem publicamente agradecer.

Como vós consideramos a vossa libertação uma contribuição efectiva para a nossa luta, mas mais do que isso consideramos que essa libertação, constituiu finalmente a consagração de um direito sagrado, amesquinçado até hoje por um governo despota e retrógrado.

A vossa vitória foi também um pouco a nossa vitória!

Contra a ditadura que nos oprime, que nega sistematicamente os direitos fundamentais que são universalmente reconhecidos aos Povos, contra esta opressão odiosa, nos devíamos unir em luta comum.

A vossa declaração de que juntamente com os vossos irmãos indianos, defenderéis firmemente o Povo Português na luta que trava contra a ditadura de Salazar, testemunha bem claramente o vosso desejo, agora que sois livres, de preservar a amizade efectiva dos Povos.

A sistemática recusa da ditadura em negociar uma solução pacífica para o problema de Goa, não pode ser motivo para impedir, nem sequer para esmorecer, os laços de fraternal amizade e solidariedade que devem existir entre os

nossos dois Povos.

Esta amizade e este desejo de colaboração que nos manifestais, poderia a nosso ver concretizar-se, através de uma aproximação mais efectiva entre a Oposição Portuguesa e a Índia, para que desde já se pudessem, com vistas ao futuro, estruturar as relações de amizade e ressaltar os legítimos interesses, do Povo Português e do Povo Indiano.

A Unidade Democrática Portuguesa, no Brasil, envia ao Conselho Central de Convenção Política dos Goees, as suas mais cordiais e calorosas

Saudações Democráticas

Comissão Executiva da UDP

S. Paulo (Brasil), 31 de Janeiro de 1962.

BIBLIOTECA E INSTITUTO DE CULTURA PORTUGUESA

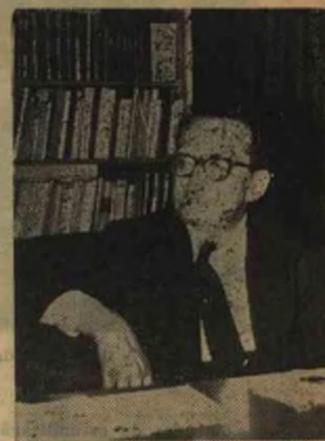
O Dr. João Cabral, presidente da Goa League, organismo que, de Londres, desde há vários anos lutava pela integração das colónias portuguesas da Índia na União Indiana, encontra-se em Goa, para onde se deslocou logo após a libertação, daquele enclave.

Está o Dr. Cabral empenhado agora na criação de um Instituto de Cultura Portuguesa e de uma biblioteca, que funcionará anexa ao Instituto, destinados ambos a manter viva, naquele território da Índia, a cultura portuguesa, com cuja preservação o governo salazarista tão pouco se importou.

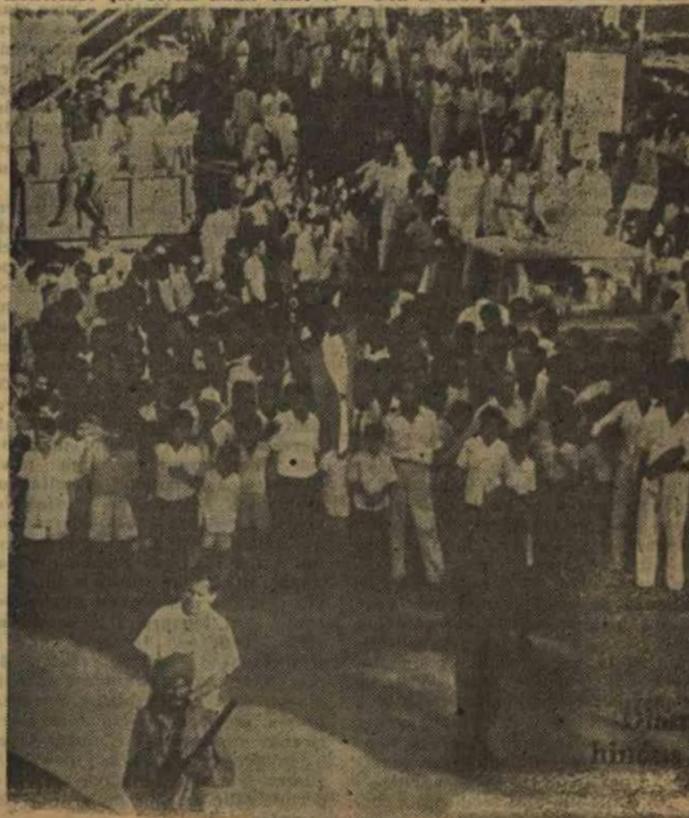
A tolerância cultural do governo indiano e os verdadeiros sentimentos dos patriotas goeses em face do povo português e da cultura deste ficam, assim, nobremente evidenciados.

O Dr. Cabral apela para os escritores, intelectuais, artistas e editores portugueses e brasileiros para que lhe enviem exemplares das suas obras e publicações, o que poderão fazer por intermédio da Unidade Democrática Portuguesa.

S. Paulo, 16 de fevereiro, de 1962
UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUEHA
Comissão Executiva



Rui Luiz Gomes: Dois anos de prisão por haver em 1954 em Portugal, proclamado o direito de Goa à independência.



Soldados indianos vão libertar presos políticos em Goa

O fim de uma oligarquia

PAULO DE CASTRO

Depois do fracasso da revolta de Beja recebi cartas de brasileiros e portugueses perguntando-me, essencialmente, isto: por que ainda desta vez Salazar venceu e por que se mantém essa ditadura há mais de 30 anos?

Por se tratar de um problema de ordem histórica e até filosófica, tomo a liberdade de tentar debatê-lo neste suplemento e, ainda, ou principalmente, por saber que a generosidade do seu diretor (e também o seu amor a Portugal) me permite escolher este tema um pouco longe do campo estrito da literatura.

Ora, a resposta a essas cartas pode fazer-se ou num longo ensaio ou em poucas linhas, adotarei o segundo critério menos por comodidade do que por considerar mais útil, não desenvolver alguns aspectos da situação portuguesa — momento do que se passa na emigração política — deixando para mais tarde uma análise profunda e certamente com um ou outra incidência polémica.

Brevemente, pois, e no meu en-

ve tentativas de reformas parciais a do Marquês de Pombal, a de Mouzinho da Silveira e muito pouco, ou menos ainda, da República implantada em 1910, movimento que todos nós democratas respeitamos mas que infelizmente não resolveu, nem mesmo tentou efetivamente resolver, os problemas econômicos e sociais do povo português.

4° — Aqui começamos a entrar nas causas próximas da estabele-

vel pela profunda divisão das forças antifascistas. Foi a homogeneidade da oligarquia, o apoio recebido do exterior e a divisão dos movimentos anti-salazaristas que lhe permitiu, até hoje, manter-se, apesar do polígono de sustentação ser reduzido. Bastaria que um dos três fatores desaparecessem para cair, e o país restabelecer as suas liberdades. Não podemos evitar que a oligarquia esteja unida em volta de Salazar, porque é uma lei histórica inelutável: não podemos, ou está para além das nossas forças, evitar que potências estrangeiras dêem apoio à ditadura, mesmo quando não o deverem fazer, mormente tratando-se de países que se afirmam democráticos, mas podemos conseguir, por depender de nós, o terceiro fator que derrubará o fascismo: a unidade de ação, sem reservas mentais, sem propósitos de uma utópica convivência política para a eternidade, clara, leal, limpa, numa plataforma ampla, flexível, realista. Essa unidade deve ser, em minha opinião, das forças internas, das forças internas-externas, que assim designo os movimentos de libertação nas colônias, em que encontramos hoje um aliado fundamental, e as forças da periferia, da emigração política no mundo inteiro. É necessário que estes três setores de uma luta comum, luta efetiva e que já está na realidade antes de estar



"A fidelidade de Salazar ao nazismo foi até ao limite em que o viu perdido"

tender, as causas da estabilização de Salazar durante mais de 30 anos, devem-se ao seguinte:

1° — Não realização da revolução burguesa como consequência das descobertas e da incapacidade de manufaturarmos as matérias-primas que objetivamos (pela compra, troca e, fundamentalmente, a expoliação de outros povos) coagulando-se o movimento, naturalmente ascendente, da nossa burguesia e assim consolidando o seu poder os elementos feudais. Situação que se prolonga até hoje, com algumas ligeiras modificações introduzidas por Mouzinho da Silveira. Colonialismo e vitória interna dos feudais, colonialismo e frustração histórica da classe burguesa e da nacionalidade constituem momentos intrinsecamente ligados de um mesmo fenómeno. Por isso mesmo a revolução democrático-burguesa está intimamente ligada, em Portugal, ao fim do colonialismo e internamente do feudalismo.

2° — Portanto não se pode dizer que, nas suas bases e estruturas, o salazarismo dure há trinta e poucos anos, as estruturas do salazarismo há séculos. E, por isso mesmo, é que tem uma cristalização forte embora sejam apenas de uma casta, mas uma casta historicamente experiente e disposta a não ceder porque sabe que desta vez termina irremediavelmente o seu domínio o "Reino Cadaveroso". O salazarismo é a forma atual do poder da oligarquia que se apoderou do país, em ligação com imperialismos estrangeiros, a partir da nossa decadência.

No conteúdo tem séculos, na forma tem os 30 e poucos anos do poder específico do ditador Salazar.

3° — Contra essa oligarquia hou-

ve tentativas de reformas parciais a do Marquês de Pombal, a de Mouzinho da Silveira e muito pouco, ou menos ainda, da República implantada em 1910, movimento que todos nós democratas respeitamos mas que infelizmente não resolveu, nem mesmo tentou efetivamente resolver, os problemas econômicos e sociais do povo português.

5° — Apesar disso, um sentimento democrático do povo e mesmo de elementos importantes do exército, teriam evitado este longo pesadelo se a Europa não se inclinasse precisamente para a reação, na busca de uma unidade contra os movimentos operários e, possivelmente, de uma frente para esmagar a União Soviética. Em 1933 vence o nazismo, e Salazar, agora, com outros protetores, talvez mais agressivos e certamente mais ao seu gosto, promulga uma nova Constituição, manda assaltar os sindicatos, estabelece definitivamente a censura e cria o terror como instrumento jurídico de governo. A fidelidade de Salazar ao nazismo foi até ao limite em que o viu perdido, nesse momento redobre com ternura a Aliança Inglesa, cede os Açores e volta à tradicional e experiente tutela de Sua Majestade britânica e aproxima-se, com muita lógica e muita pressa, dos novos aliados, os americanos, defensores de um inefável e misterioso "mundo livre". A guerra fria deu-lhe novo alento e permitiu-lhe manter mais uma vez o poder.

6° — Mas (este ponto é que mais nos interessa) tudo isso foi possí-

nas nossas especulações, unam os seus esforços.

Em obediência a este princípio geral, aceito a sugestão do sr. Alvaro Cunhal, na entrevista concedida a Pierre Courtade, ao mostrar a necessidade de uma conferência de elementos de várias tendências para um debate sobre o problema da unidade de luta.

Nós pensamos, diz o sr. Alvaro Cunhal, que nos aproximamos de um período de grandes lutas de massas, o regime de Salazar atravessa a maior crise da sua história, evidenciada pela revolta dos povos das colônias portuguesas. Esta questão apresenta o problema da unidade para a vitória sobre a ditadura. Mas o movimento unitário na emigração não corresponde, ainda, ao movimento profundo que se manifesta no povo em Portugal. Nós pensamos que é urgente ultrapassar todas as dificuldades e atingir a unidade com os dirigentes portugueses no exílio. As condições fundamentais para esta unidade existem e quanto a nós estamos dispostos a participar numa conferência com as personalidades mais representativas na emigração.

Apesar de me situar, politicamente, num plano muito diferente do sr. Alvaro Cunhal, concordo plenamente com a necessidade de um encontro que vise a uma unidade clara das forças em luta contra a ditadura. Fui partidário dessa unidade sempre, em Portugal, em liberdade, ou preso em Peniche e Angra do Heroísmo, na Espanha republicana e depois nos campos de concentração de Petain, em S. Cyprien, Gurs, Angéles. E, por toda a parte, não por romantismo, mas por saber que sem unidade não poderá haver, em pouco tempo, uma vitória sobre o fascismo.

Liberdade para Arlindo Vicente

O general Humberto Delgado enviou cartas aos presidentes João Goulart, do Brasil, John Kennedy, dos Estados Unidos, e De Gaulle, da França, ao primeiro-ministro britânico Harold MacMillan, e ao líder do Partido Trabalhista da Inglaterra, Hugh Gaitskell, pedindo-lhes que intercedessem em favor do sr. Arlindo Vicente, que está preso em Portugal.

Transcrevemos a carta enviada ao Presidente João Goulart:

A Sua Excelência
O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil
Dr. João Goulart
Palácio do Planalto
BRASILIA — DF.
Excelência:

O Dr. Arlindo Vicente está preso há meses nas mãos da bem conhecida polícia portuguesa — a PIDE — equivalente da Gestapo Nazi.

Ele foi, como eu, candidato à Presidência da República em 1958, desistindo da sua candidatura antes das eleições, de forma a habilitar-me a ser eu o representante de toda a Oposição, demonstrando assim um alto senso de patriotismo.

Visto que foi a primeira e única vez que em 32 anos, um candidato insistiu em sobreviver até ao dia da eleição inclusiva, o Governo Português não pode deixar de admitir que eu recebera alguns votos.

Como resultado desta farsa — que chegou ao ponto de se proibir a Oposição de se representar na contagem dos votos, foram-me atribuídos 236.528 votos contra 758.998 a favor do almirante Tomás, o candidato do Dr. Salazar.

Admitindo — o que é inadmissível — isto é, que eu não recebi maior número de votos, o resultado indica claramente que eu represento uma considerável parte do Povo, e é em seu nome que escrevo a Vossa Excelência, rogando se digne fazer tudo que em sua mão esteja, não poupando esforços de forma a obter do Governo Português a liberdade do Dr. Arlindo Vicente e de todos os presos políticos.

O Dr. Vicente está não só submetido às mais duras torturas mentais e físicas, mas encontra-se também doente, com a sua vida em perigo. A família está em desesperada situação dada a impossibilidade de o Chefe trabalhar.

Permito-me chamar a atenção da Vossa Excelência para o facto de o Governo Português estar infringindo a Carta das Nações Unidas, os Direitos do Homem e o preâmbulo do Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949, e que diz:

"As Partes contratantes obrigam-se a salvaguardar a liberdade, comum herança e civilização dos seus Povos, fundada nos princípios da democracia, liberdade individual e o domínio da lei."

Nada disto existe em Portugal e, contudo, as democracias, cegamente, apoiam o ditador e perseguem a Oposição Portuguesa na pessoa do seu Chefe. Por exemplo, sem que ninguém me explique por quê, eu não posso entrar em França ou em Itália. Como consequência, entre as novas gerações — isto é, as que sucederão no poder à ditadura em muito pouco tempo, espero — um forte sentimento de reação cresce contra esta atitude das democracias.

Excelência: Há muito passou a época em que cada nação, egoicamente, podia confinar-se aos seus assuntos. O Mundo, hoje, está tão dominado por pensamento de tipo internacional que tal posição já não é possível. Se as democracias o esquecerem, o dia virá quando direta ou indiretamente sofrerão as consequências dessa atitude.

Excelência: um ex-candidato à Presidência da República — o Dr. Arlindo Vicente — está na prisão sem qualquer razão justificativa. É possível que nenhum país democrático — nem o Brasil — se preocupe com isso?

Com os protestos da minha alta consideração, aceitará, Excelência, a expressão dos meus respetos.

Pré-Pátria, Pré-Liberdade.
GEN. HUMBERTO DELGADO

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ACADEMIA DE COIMBRA:

Unidade Estudantil e Autonomia Universitária

O Conselho de Veteranos da Academia de Coimbra, órgão máximo dos estudantes de Coimbra, distribuiu à Imprensa, o seguinte comunicado:

"O Conselho de Veteranos da Academia de Coimbra reuniu-se, no Palácio dos Grilos, a 7 de Novembro, pela primeira vez no presente ano letivo de 61/62.

Liminarmente, prestou homenagem à memória dos Drs. Antonio Luis Gomes, um dos fundadores e primeiro Presidente da Associação Académica e Reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar da Silva Ramada Curto e Luis da Camara Reis, antigos estudantes de Coimbra, com projeção nacional; e dos estudantes José Antonio Barrilero Ferreira Ruas e Eduardo Conceição Ferreira, falecidos recentemente em Angola.

Seguidamente, o Conselho, entrando na "Ordem do Dia", passou a apreciar uma longa e minuciosa exposição feita pelo "Dux", Joaquim Cantante Garcia, acerca das atividades académicas do ano findo.

Passando à matéria de votações, o Conselho deliberou:

a) Apresentar as suas saudações ao atual Reitor da Universidade de Coimbra Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz, afirmando-lhe a sua inabalável fé em que a Universidade se manterá no trilho do prestígio moral e científico; formular, ainda, os preocupados mas ardentes votos a que à Universidade tradicional portuguesa sejam fornecidos os meios necessários à realização integral das suas finalidades. (deliberação tomada por aclamação);

b) Manifestar o seu vivo protesto pela proibição do cortejo alegórico dum "enterro" a certos órgãos da Imprensa, que atentaram contra a dignidade da Academia. (deliberação tomada por aclamação);

c) Apoiar as diligências, já efetuadas pela Direção da Associação Académica tendentes à entrega imediata da nova Sede Social, com a salvaguarda da legítima e indispensável autonomia académica. (deliberação tomada por aclamação).

Finalmente, o "Concilium Veteranorum" rejeitou o pedido de demissão do "Dux", por considerar a sua presença necessária às mais rasgadas e esclarecidas iniciativas académicas.

O Conselho terminou com uma entusiástica declaração de voto de louvor ao atual "Dux", pela dignidade e inteligência com que tem desempenhado tão prestigioso cargo académico.

Encerrada a sessão, confraternizaram os "Veteranos" presentes".

Salazar na imprensa Brasileira

SALAZAR NO BANCO DOS REUS



("O Estado de S. Paulo")

Pela Anistia aos Presos Políticos de Portugal



Está no prelo e deverá ser lançada muito brevemente, em São Paulo, a edição de um novo trabalho de Carlos Maria de Araujo: NOVE POEMAS (a voz liberta).

Com ilustrações do jovem mas já renomado artista Acacio Assumpção, esses poemas são uma edição da "Massao Ohno Editora" dentro da série de realizações que deram a essa casa o Premio de Artes Graficas da VI Bienal de São Paulo, em 1961.

Dessa edição que é a original vai ser feita uma tiragem especial, com um numero reduzido de exemplares, todos numerados e fora do comercio, ilustrados com três desenhos, feitos especialmente para ela, por Clovis Graciano (que já anteriormente ilustrara "E no dia da vossa ira" (1958) e o "Oficio de Trevas" (1960), ambos do mesmo autor) e que o renomado brasileiro, juntamente com o poeta, destinaram como contribuição particular para a realização da Conferencia da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, a inaugurar, num futuro proximo, em Paris.

E' de salientar que Clovis Graciano tem seu nome ligado, a carreira à luta pela Liberdade. E' de sua autoria o desenho de um como o de Portinari e outros, artistas brasileiros, ao longo de toda cartaz para essa mesma Conferencia, desde o primeiro numero, na capa do Boletim da Delegação dos portugueses exilados no Brasil, em separata do jornal PORTUGAL DEMOCRATICO, e figurando na primeira pagina da edição deste mês de março.

Foi também um desenho de Clovis Graciano que figurou no cartaz da Primeira Conferencia Sul-Americana Pro-Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, realizada em São Paulo em 1960, inicio do grandioso movimento de solidariedade humana que é, afinal, o Movimento pela Anistia, hoje em escala mundial e ganhando um impeto dia a dia maior.

Quanto ao novo trabalho de Carlos Maria de Araujo, transcreveremos a apresentação de "NOVE POEMAS", feita pelo cronista e critico de teatro Delmiro Gonçalves, um dos nomes mais expressivos da moderna intelectualidade de São Paulo e do Brasil:

"O silêncio de pedra construída por mãos de homem e um pranto de renúncia consentida"

diz o poeta Carlos Maria de Araujo. E' esse silêncio de pedra, essa angustia do homem em face das coisas, das injustiças, dos crimes contra a Liberdade que sopra como um vento de fogo pelos poemas deste seu novo livro.

O poeta está presente em todos os seus versos e, por isso, têm eles a força acusatoria que sempre e somente se encontra naqueles cuja poesia é uma arma de combate contra a tirania.

Há uma ansia de participação nestes seus nove poemas, um entregar-se total e abertamente, que se traduz muitas vezes em desespero pela impossibilidade de estar nas primeiras fileiras:

"e estes ferros nos pés e estes ferros."

Mas não é desânimo, desconsolo, que o faz traduzir em poesia o seu protesto. Apesar de tudo:

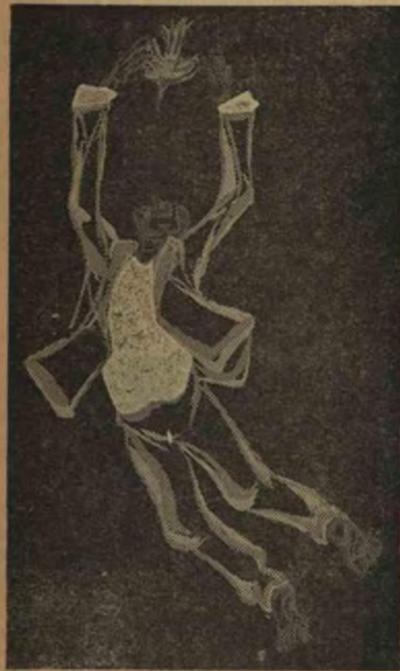
"a fé muita e muita a vossa lembrança"

não o deixará abater-se, descansar, enquanto houver um grito de revolta, de protesto que ele possa lançar para correr em auxílio dos irmãos que, no fundo dos carcereiros, nas noites de insônia, nos dias de luta, trabalham, como ele, para a conquista de dias melhores e mais claros para o Homem.

Não foi em vão, portanto, que ele escolheu para epigrafe deste seu último livro os versos do poeta francês Aragon na "Ballade de celui qui chanta dans les supplices".

"Et si c'était à refaire Referait-il ce chemin La voix qui monte des fers Dit Je le ferai demain"

DELMIRO GONÇALVES



Cartas de Clovis Graciano para a Conferencia da Anistia em Portugal.

Não encontrareis, hoje, na capa deste Boletim, esta gravura, de Clovis Graciano, já familiar, porque ela vem acompanhando, desde o inicio o noticiário que, todos os meses, vos dá conta das atividades do Movimento para a Anistia aos presos e exilados políticos de Portugal.

Em seu lugar, está um desenho de José Dias Coelho. O desenho é: "Lírica". Seu autor, está junto de nós todos, e sua voz, escutada a cada instante, diz-nos estas duas palavras: Liberdade! Anistia!

É a voz de um patriota, que em fria manhã de dezembro, caiu ferido de morte pelas balas dessa estranha raça de homens que, no coração, traz gravada a fogo a palavra PIDE — santo e senha que identifica os sicários de Antonio de Oliveira Salazar.

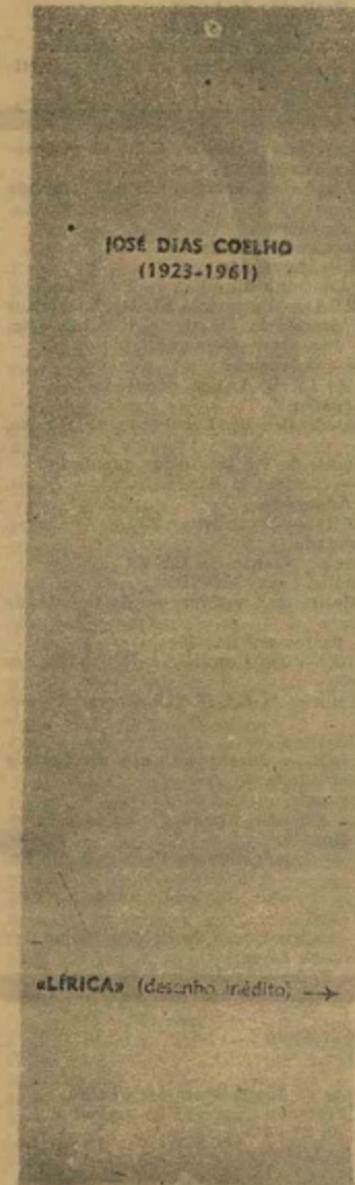
Recordai o nome de José Dias Coelho, que deu a vida em defesa do Povo de Portugal. E, em sua memoria, que cada um de nós faça tudo o que puder, para que os presos políticos de Portugal voltem, livres, ao convívio de seus irmãos.

O desenho "Lírica" vem publicado na revista SEARA NOVA, de Lisboa, janeiro 1962.

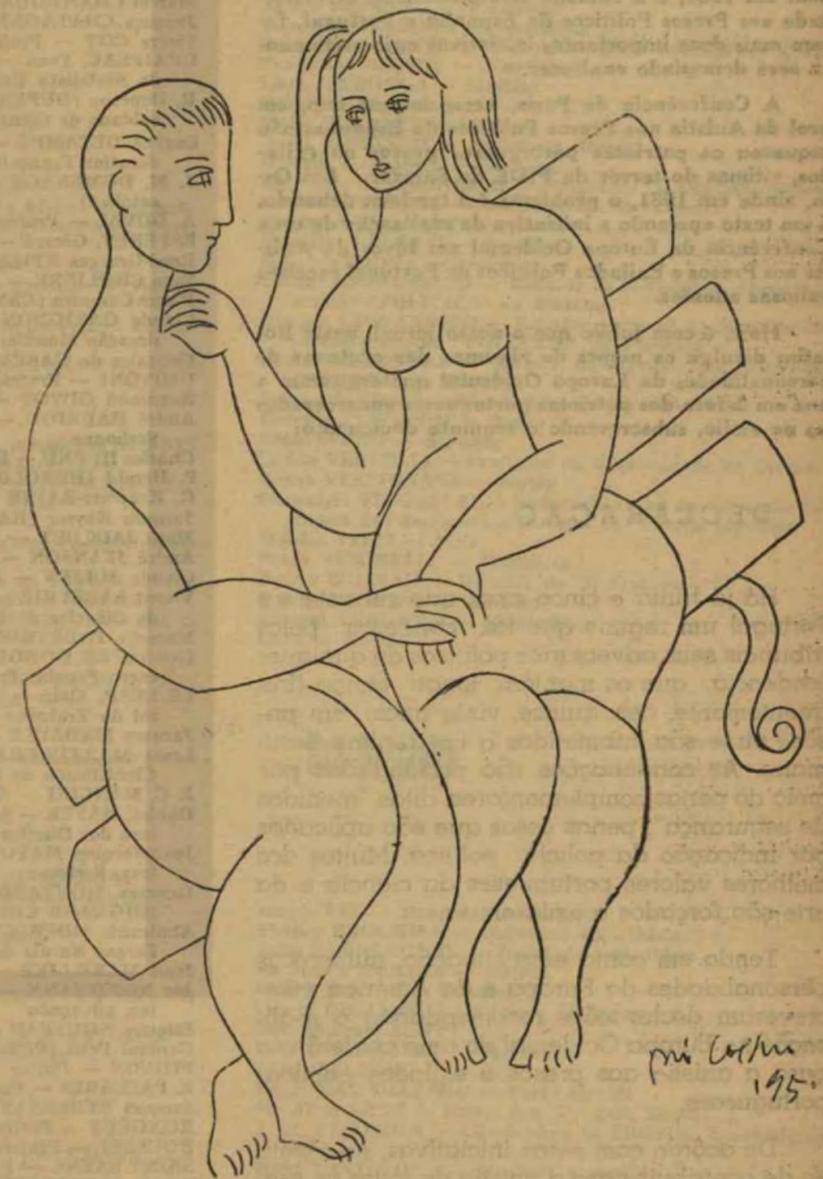
PORTUGAL SEPARATA DE MARÇO, 1962, INICIATIVA DO "CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS", DO "COMITÊ DOS INTELECTUAIS PRÓ LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM PORTUGAL" E DESTA JORNAL.

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



JOSÉ DIAS COELHO (1923-1961)



"LÍRICA" (desenho inédito) →

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM N.º 9 MARÇO DE 1962

Liberdade! Anistia!

França

Primeiro foi a Conferência Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, realizada em São Paulo, no ano de 1960, sob a presidência do grande democrata e escritor, embaixador Alvaro Lins.

Depois, em Montevidéu, no ano seguinte, prosseguiu, em ritmo cada vez mais acelerado, esse magnífico movimento de solidariedade humana. A Conferência de Parlamentares em Santiago do Chile, também em 1961, e a Semana Continental de Solidariedade aos Presos Políticos da Espanha e Portugal, foram mais duas importantes iniciativas cujo êxito nunca será demasiado enaltecido.

A Conferência de Paris, nesse mesmo ano, em prol da Anistia aos Presos Políticos da Espanha, não esqueceu os patriotas portugueses presos ou exilados, vítimas do terror da PIDE de Salazar. Em Oslo, ainda em 1961, o problema foi também debatido, e um texto apoiando a iniciativa de realização de uma Conferência da Europa Ocidental em favor da Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal recebeu valiosas adesões.

Hoje, é com jubilo que o nosso jornal, neste Boletim divulga os nomes de algumas das centenas de personalidades da Europa Ocidental que ergueram a voz em defesa dos patriotas portugueses encarcerados ou no exílio, subscrevendo o seguinte documento:

DECLARAÇÃO

Há já trinta e cinco anos que subsiste em Portugal um regime que faz condenar pelos tribunais seus adversários políticos de qualquer tendência, que os mantém longo tempo (frequentemente, dez, quinze, vinte anos), em prisões onde são submetidos a um regime desumano. As condenações são prolongadas por meio de penas complementares, ditas "medidas de segurança", penas essas que são aplicadas por indicação da polícia política. Muitos dos melhores valores portugueses da ciência e da arte são forçados a exilarem-se.

Tendo em conta essa situação, numerosas personalidades da Europa e da América subscreveram declarações recomendando a realização na Europa Ocidental de uma conferência para a anistia aos presos e exilados políticos portugueses.

De acordo com essas iniciativas, no objetivo de contribuir para a anistia de todos os presos e exilados políticos portugueses, nós propomos que se realize uma "Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses", que poderia ter lugar na primavera de 1962.

Pierre ABRAHAM — Diretor da revista EUROPE
Arthur ADAMOV — Dramaturgo
Louis ALVERGNAT — Secretário da Confederação das Famílias
J. Azeau (AZEAU) — Professor do Liceu
Abee BOULIER
Maurice BOUVIER-AJAM — Economista, Diretor do Instituto de Direito Aplicado
Y. BOUYNOT — Professor do Liceu
R. BOITEL — Professor
Jean CASSOU — Escritor, Crítico de Artes, Conservador do Museu Nacional de Arte Moderna
Marcel CHAMBOUX — Professor do Liceu
Jacques CHATAGNER — Agrégé, Professor
Pierre COT — Professor Universitário, Antigo Ministro
CRAIPEAU, Yvon — Professor, Dirigente do P.S.U. (Partido Socialista Unificado)
R. Dupéron (DUPERON) — "Maitre de Conférences" da Faculdade de Ciências de Poitiers
Eugène DECAMPS — Secretário Geral da C.F.T.C. (Confédération Française des Travailleurs Chrétiens)
J. M. DOMENACH — Diretor da revista ESPRIT (revista católica)
A. DUVAL — Professor do Liceu
ESPERET, Gérard — Vice-presidente da C.F.T.C.
René-Georges ETIENNE — Advogado
Yves CHOLIERE — Do Conselho Mundial da Paz, Viena
Pierre Camarra (CAMARRA) — Da revista EUROPE, escritor
Claude GATIGNON — Secretário Geral da F.M.J.D. (Federação Mundial da Juventude Democrática)
Gonzales de GASPARD — Advogado
GIOVONI — Professor do Liceu, Antigo deputado
Raymond GUYOT — Senador
André HAURIOU — Catedrático da Faculdade de Direito, Sorbonne
Charles HERNU — Dirigente do P.S.U., Antigo deputado
P. Herold (HEROLD) — Diretor da A.A.N.C.
C. Kraemer-RAINE — Advogado
Jacques Kayser (KAYSER) — Jornalista
Marc JACQUET — Advogado
André JEANSON — Vice-presidente da C.F.T.C.
Claude JULIEN — Jornalista no "MONDE"
Vicent LABEYRIE — "Maitre de Conférences" da Faculdade de Ciências de Poitiers
Marelle LABEYRIE — Professora dos Liceus
General LE GORGUILLE — Do Comitê de Honra do Socorro Popular Francês
LE LEAP, Alain — Secretário da C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho)
Jacques MADAULE — Escritor
Louis MARTIN-CHAUFIER — Diretor-adjunto do Colégio Científico da Universidade de Tours
J. C. MANCINI — Advogado
Daniek MAYER — Antigo Ministro, Presidente da Liga Francesa dos Direitos do Homem
Jean-Jacques MAYOUX — Catedrático da Faculdade de Letras, Sorbone
Georges MONTARON — Diretor do semanário "TE" "IOIGNAGE CHRÉTIEN"
Almirante MOULIEC — Antigo Chefe do Estado Maior das Forças Navais da França Livre
Jean MARILLIER — Da Federação Sindical Mundial
Joe NORDMANN — Da Associação Internacional de Juristas, advogado
Etienne NOUVEAU — Advogado
General Petit (PETIT)
PIGNON — Pintor
E. PALLARES — Professor do Liceu Descartes (Tours)
Jacques REBERSAT — Professor "agrégé" de espanhol
RONGEUT — Professor do Liceu
ROUSSEL — Professor do Liceu
SAINT-SAENS — Pintor
Raymond SARRSUTE — Advogado
Laurent SCWARTZ — Matemático, professor na Sorbone
C. SELIGMANN — Diretor do jornal "APRES-DEMAIN" da Liga dos Direitos do Homem
SICARD DE PLAUZOLLES — Presidente de Honra da Liga dos direitos do Homem
Georges SFFERT — Dos "CAHIERS DE LA RÉPUBLIQUE", jornalista

Trabalho preparatório da Conferência para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses

Em Paris, na sede da Comissão Coordenadora da próxima Conferência da Europa Ocidental pro-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, já estão, sendo tomadas numerosas providências para que os trabalhos da delegação sejam facilitados ao máximo.

Assim é que, assinados por M. Guillard, numerosos convites foram enviados a diversas personalidades para associarem-se às múltiplas tarefas relacionadas com a Conferência, pro-Anistia em Portugal, em nome daquele Comitê, do qual fazem parte:

Fernando ECHEVARRIA, poeta
José ESCADA, pintor de arte

Ruy Luis GOMES, matemático. Antigo candidato à Presidência da República Portuguesa. Antigo Professor da Universidade do Porto. Professor da Universidade do Recife (Brasil).

Emídio GUERREIRO, professor do liceu em Paris. Tenente das F.F.I. Antigo professor da Universidade do Porto.

Julio INACIO, antigo dirigente sindical.
Antonio José SARAIVA, historiador, Doutor em Letras. Antigo professor da Universidade de Lisboa. Assistente de Investigação no C.N.R.S.

Castro SOROMENHO, escritor.
Maria Carolina TITO DE MORAIS, médica.
Manuel VALADARES, físico, antigo professor da Universidade de Lisboa. Diretor do Laboratório do C.N.R.S. em Orsay.

Magalhães VILHENA, antigo professor da filosofia da Universidade de Coimbra. Doutor em Letras. Assistente de Investigação do C.N.R.S.

Essas tarefas foram amplamente debatidas, na reunião de 21 de fevereiro passado, e o entusiasmo dos participantes foi um belo prenúncio do êxito que coroará, sem dúvida, a Conferência.

Adesão da U.D.P. à Conferência de Paris

AOS PROMOTORES DA 1.ª CONFERÊNCIA EUROPEIA EM PROL DA ANISTIA DOS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS PORTUGUESES

Todos os meses, por vezes todas as semanas, vamos tomando conhecimento das adesões à promoção da 1.ª Conferência Europeia em prol da anistia dos presos e exilados políticos portugueses.

Franceses, belgas, ingleses, alemães, holandeses, italianos, luxemburgueses, suecos; artistas, dirigentes partidários, escritores, trabalhadores, parlamentares foram levantando a sua voz em favor da anistia dos nossos presos políticos e em favor da realização da 1.ª Conferência Europeia em que essa anistia será oficialmente exigida.

Em muitos países europeus encontram-se já constituídos comitês nacionais dedicados à preparação da conferência e não temos hoje, por isso, nenhuma dúvida de que esta se realizará o mais brevemente possível e será uma importantíssima contribuição para a libertação dos presos políticos portugueses e o regresso deles e dos exilados na vida cívica do nosso país.

Vai longe o tempo em que o movimento de anistia não ultrapassava as fronteiras de Portugal, primeiro contando com as famílias e os amigos dos presos políticos e logo depois com as camadas da população, de todas as classes, que rapidamente aderiram a esta generosa campanha. E vai-se já distanciando também, o tempo em que apenas na América do Sul a opinião pública internacional se solidarizava com a nossa luta.

Que significa isto?

Sem sombra de dúvida, que homens e mulheres de todo o mundo resolveram unir-se e unir-se-nos para que não continue havendo portugueses sofrendo nas prisões e no exílio pela única razão dos seus ideários democráticos. Mas não pode também haver lugar para dúvidas acerca do profundo sentido deste movimento humanitário, que é o da solene e indignada denúncia de todos os crimes da engrenagem policial e judiciária do Salazarismo.

Como seria possível, com efeito, deixar publicamente de condenar, em todos os lugares do mundo, as prisões arbitrárias feitas pela PIDE — ("polícia internacional e de defesa do Estado") em todas as cidades, vilas e aldeias de Portugal? as detenções durante 6 meses sem formulação de qualquer acusação concreta? a impossibilidade do contacto dos presos com a família e advogados? os suplícios físicos ("estátua", etc.) como instrumento de "confissão" e as longas semanas ou mesmo meses no "segredo", em imundas e inhabitáveis celas de 1,80 metros de comprimento, sem ar e sem luz?

Como seria possível esperar que a opinião pública mundial se não pronunciasse, indignada, contra o funcionamento ininterrupto dos tribunais especiais ("plenário criminal") na sua farça de julgamentos sem as mínimas garantias de defesa? contra juizes políticos e inescrupulosos nomeados livremente pelo ministro da Justiça? contra a condenação à prisão perpétua dos melhores patriotas portugueses, através da aplicação indiscriminada das "medidas de segurança"?

Como poderia deixar de provocar a mais viva repulsa, onde quer que notícias dessas tenham chegado não obstante a férrea ação da censura salazarista, o conhecimento de assassínios praticados friamente, nas ruas, pela PIDE, como ainda há tão pouco tempo sucedeu o do escultor Dias Coelho?

Nós sabíamos que esta condenação dos crimes salazaristas era a única realidade com que víamos a contar junto dos povos civilizados, democráticos e amantes da Paz.

Mas, mesmo assim, sentimo-nos profundamente emocionados com a solidariedade humana que transcorre da preparação, por tantas e tão ilustres personalidades, da 1.ª Conferência Europeia em prol da anistia dos presos e exilados políticos portugueses.

Para o alargamento de tão nobre movimento junto das massas populares, dos parlamentares e dos governantes dos seus diversos países, os promotores da Conferência poderão contar incondicionalmente com o apoio dos portugueses exilados e radicados no Brasil.

E não só com o apoio deles como com o seu impercível agradecimento, que outra coisa não é, conforme bem certificados nos encontramos, de que a antecipação do agradecimento de todos os patriotas portugueses encarcerados e exilados por tão promissora esperança de uma breve reintegração nos seus direitos de cidadania e nos da pessoa humana, hoje postergados em Portugal mas sempre inalienáveis e imprescritíveis.

São Paulo, 16 de Fevereiro de 1962.

"Quando os Lobos Julgam,"

LISBOA (Janeiro), 14 — No Plenário Criminal que funciona na Boa Hora, sob a presidência do desembargador Silva Caldeira, terminou ontem à tarde, com a leitura da sentença, o julgamento de quatro operários vidreiros, da Marinha Grande, acusados de atividade subversiva na fábrica onde trabalhavam. De manhã iniciaram-se os debates, tomando parte neles, além do Ministério Público, o defensor oficioso, sr. dr. Agualdo Monteiro Duarte. Foram condenados: Vitor Manuel Roque e João dos Santos, cada um, em dois anos e dois meses de prisão maior; António Moita Lino, em dois anos e um mês de prisão maior, os três com medidas de segurança de internamento por períodos prorrogáveis de seis meses a três anos, perda de direitos políticos por quinze anos e 1.000\$00 de imposto de justiça; e Albertino da Silva, em vinte meses de prisão correccional, perda de direitos políticos por cinco anos e 1.000\$00 de imposto de justiça.



A PIDE ameaça exterminar patriotas angolanos capturados

O jornal "Unidade Angolana", órgão do M.P.L.A. (Movimento Popular para Libertação de Angola) em sua edição comemorativa do primeiro aniversário da Revolução Angolana publicou esta nota que dispensa quaisquer comentários:

CONSTITUI AFRONTA A HUMANIDADE

Nas celas húmidas das cadeias. Nos campos de concentração de Angola, submetidos às maiores torturas, acham-se alguns milhares de angolanos. Na sua maioria, são inocentes a quem a vesga PIDE atribuiu não sabemos que "teríveis" compromissos políticos.

A nossa luta não se limita apenas às tarefas diplomáticas e de combate em todos os campos ao colonialismo português. Dedicamos igualmente a remover "céu e terra" a fim de obter a libertação de todos os angolanos detidos, entre os quais se conta uma grande maioria de nossos militantes.

No momento particular em que se assinala a passagem do 1.º Aniversário da Revolução Angolana insistimos de novo perante a consciência universal representada pelas instituições de justiça e de combate pela salvaguarda dos direi-

tos humanos para que levem mais longe os esforços já por si desenvolvidos relativamente à situação dos nossos presos.

Tem de terminar a afronta espantosa de vermos serem condenados por um governo estrangeiro e verdadeiramente criminoso aqueles que, líderes de um povo ou nacionalistas convictos, defensores todos dos mais nobres ideais e dos mais sagrados fundamentos da convivência entre os homens, no respeito, na justiça, na igualdade e na fraternidade, merecem o alto apreço de toda a HUMANIDADE.

Cabe aqui referir os nomes de alguns desses detidos. São uma gota de água no Oceano, visto que o segredo em que se efetuam as prisões e as transferências dos presos para locais de onde dificilmente regressam, impede que se conheçam os nomes dos mártires angolanos.

Dr. Agostinho Neto, médico, poeta, Presidente Honorário do MPLA; Ildio Tomé Alves Machado, funcionário público (CTT); Dr. Joaquim Pinto de Andrade, chanceler da Arquidiocese de Luanda; Mendes das Neves, cônego; Nobre F. Pereira Dias, professor; André Mingas Junior, funcionário público; André Franco de Sousa, contabilista; António Pedro Bengue, funcionário de Saúde; Contreiras da Costa, electricista; Amadeu Amorim electricista; Blarmino Van-Dunem, funcionário de Saúde; Agostinho Mendes de Carvalho, enfermeiro; Anticeto Vieira Dias, empregado bancário; Domingos Van-Dunem, funcionário público e jornalista; Jaime de Araujo, funcionário público (Economia); Tomás Jorge, poeta, funcionário da Saúde; António Cardoso, poeta, funcionário bancário; António Jacinto, poeta, proprietário; Eduardo Anapaz, telegrafista; Francisco Pereira Africano, empregado do comércio; Gabriel Leitão Pereira, empregado do comércio; Higinio Aires, empregado do comércio; Manuel dos Santos Junior, electricista; Noé da Silva Saúde, estudante; Miguel de Oliveira Fernandes, funcionário de Banco; Mario Campos, oculista; Luís Rafael, tipógrafo; António Marques Monteiro, funcionário de Banco; Helder Guilherme Ferreira Neto, jornalista; José Luciano Vieira Meireles, contabilista; Carlos Alberto Pereira Van-Dunem, mecânico; José Manuel Lisboa, mecânico; João Lopes Teixeira, mecânico; Garcia Lourenço Contreiras, enfermeiro; Florêncio Gamaliel Gaspar, enfermeiro; José Diogo Ventura, enfermeiro; Adão Domingos Martins, enfermeiro; João Fialho da Costa, enfermeiro; Manuel Bernardo de Sousa, enfermeiro; Fernando Pascoal da Costa, proprietário; Joaquim Figuiredo, funcionário dos Correios; Sebastião Gaspar Domingos, proprietário; Manuel Batista de Sousa, tipógrafo; Pascoal Gomes de Carvalho Junior, funcionário da Saúde; Armando Ferreira da Conceição Junior, funcionário do Consulado; Luís Bessa, funcionário dos Correios; Mario Lopes Guerra, funcionário de Economia, contista e artista plástico; Manuel César Correia, agricultor; João Maria Napoleão, contabilista; Humberto Fernandes da Costa; Sebastião Lemos da Silva; Teixeira da Silva; João Pedro de Andrade; Francisco Miranda Pimentel; Jorge Miranda Pimentel; Domingos Lourenço Cadete; Domingos Luís Serafim; Pascoal Pedro Gama; Pascoal André Felix Macuéria; João Gonçalves da Gama; Martins Sebastião Diogo; Santos Lopes; Inácio Francisco de Carvalho; Pedro Adão Cristovão; Domingos Agostinho; Sebastião da Silva Pinto; Guilherme da Silva Feijó; João Paulo; António Arnaldo; Gaspar Mateus; Tomás Adão da Silva; Baptista Barreiro; Diogo Domingos Vaz Contreiras; Bento Prata; Ferreira, marinheiro; Alfredo Araújo Furtado de Antas, funcionário aposentado, 64 anos; A. Carlos Gamboa, marceneiro; César Pedro, alfaiate; Francisco Adolfo João Pedro, estudante; João Fialho; Joaquim Gamboa, agente comercial; Pedro Trindade, mecânico electricista dos C.T.T.; Padre Martinho Campos; Padre Alfredo Osorio; Vieira do Espírito Santo, funcionário público; Carlos Manuel Bernardo funcionário.



Entrevista a imprensa durante a II Conferência pró Anistia, em Montevideo. Vemos da esquerda para a direita: srs. drs. Vítor Ramos, Rui Luis Gomes e Adolfo Casais Monteiro da delegação dos portugueses residentes no Brasil e José da Costa Lopes da delegação dos portugueses residentes na Venezuela.

André SOUQUIERE — Do Movimento da Paz, Paris
Roger SUPPERVIELLE — Advogado
Henri TORRES — Advogado
General Paul THUBERT — Antigo deputado de Argel
Rev. Pastor VERNEUIL
Charles VIDRAC — Escritor
Rev. Pastor VOGÉ
e as senhoras de:
ADAMOV
Solange BOUVIER-AJAM — Advogada
Madeleine BRAUN — Diretora das Edições Sociais
Eugénia Cotton (COTTON) — Presidente da Federação Democrática Mundial das Mulheres
Colette KAHN — Secretária Geral da Federação Internacional dos Direitos do Homem
Hélène PARMELIN — Escritora
Yves FARGE

Italia

Michelangelo ANTONIONI — Cineasta
Aldo AJELLO — Dirigente estudantil da AGI — Associação Independente e da UNURI — União Nacional Univ. Italiana
Giulio Claudio ARGAN — Crítico de arte
Margherita BARNABEL — Do Comitê Central do Partido Social Democrata Italiano
Mauro BELLABARBA — Vice-Presidente do Centro Universitário Democrata Cristão
Luciano BENADUSI — Delegado Nacional das Juventudes Democratas Cristãs
Francisco BERLANDA — Arquitecto
Erasmus BOIARDI — Publicista
Arrigo BOLDRINI — Medalha de ouro, presidente da ANPI — Associação Nacional dos Partisans Italianos
Mario BONATTI — Dirigente da U.G.I. — Associação Laica de Estudantes e da UNURI — em Milão
Paolo BORINGHERI — Editor
Rodolfo BRANCALI — Dirigente Nacional do Movimento Estudantil Democrata Cristão
Siro BRONDONI — Dirigente Nacional da INTESA — Associação dos Universitários Católicos — e da UNURI
Nicola BRUNI — Presidente do Centro Universitário Democrata Cristão
Ignazio BUTTITA — Poeta
Enrico CARCANO — Dirigente da INTEGA em Milão
Vittorio CALEF — Director de "Il Punto"
Italo CALVINO — Escritor
Giacinto CARDONA — Publicista
Sandro CECCAGNOLI — Jornalista de "Italiamondo"
Tommaso CHIARETTI — Jornalista
Bartolo CICCARDINI — Publicista
Tristano CODIGNOLA — Deputado
Nino Criscenti — Jornalista de "Italiamondo"
Piero DALLAMANO — Jornalista
Francesco D'ANGELO — Jornalista de "Italiamondo"
Pompeo DE ANGELIS — Publicista, democrata cristão
Ernesto DE MARTINO — Escritor
Celso DE STEFANIS — Director de "Algeria"
Emo EGOLI — Sindicalista
Giulio EINAUDI — Editor
Giuseppe FAVATI — Secretário de redação da revista "Il Ponte" (Florença)
Franco FLOREANINI — Co-director de "Nuova Presenza"
Carlo FUSCAGNI — Director do "Italiamondo"
Marcello GENTILI — Advogado
Bianca GUIDETTI SERRA — Advogada
Roberto LERICI — Editor
Carlo LEVI — Escritor
Girolando LI CAUSI — Vice-Presidente da Câmara dos Deputados
Emilio LOPANE — Advogado, do Partido Radical
J. LUSSU — Jornalista
Lucio LUZZATTO — Deputado socialista
Franco NATIOLLI — Director de "Per l'Azione"
Rodolfo MECHINI — Publicista
Murilo MENDES — Poeta
Ricardo MINUTI — Jornalista
Alberto MORAVIA — Escritor

Carlo MUSCETTA — Escritor
Carlo MUSSA-IVALDI — Professor universitário
Alessandro MATTA — Deputado
Fausto NITTI — Vice-Presidente da ANPI
Agostino NOVELLA — Secretário Geral da CGIL — Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos
Achille OCCHETTO — Director de "Nuova Generazione" — o maior semanário juvenil de Itália
Giuliano PAJETTA — Deputado
Giancarlo PERONE — Movimento juvenil da Democracia Cristã
Elio PETRI — Cineasta
Ugo PIRRO — Escritor
Ricardo PERETTI GRIVA — Primeiro Presidente Honorário do Supremo Tribunal
Luigi PICCINATO — Arquitecto
Massimo PRADELLA — Músico, director de orquestra
Vasco PRATOLINI — Escritor
Dario PUCCINI — Crítico Literário
Arrigo REPETTO — Publicista
Pier Luigi SAGONA — Jornalista
Ferdinando SANTI — Secretário geral adjunto da CGIL
Francesco SCOTTI — Senador
Guido SEBORGIA — Escritor
Rino SERRI — Secretário do FGGI
Mario SOCRATE — Escritor
Anna TOMASINI — Assistente Social
Giorgio TOMASINI — Sociólogo
Antonello TROMBADORI — Director de "Il Contemporaneo"
Corrado TUMIATI — Co-director de "Il Ponte"
Giuseppe UNGARETTI — Poeta
Maurizio VALENZI — Senador
Emilio VEDOVA — Pintor
Gianni GIOVANNONI — Redator de bi-mensário democrata cristão "POLITICA" de Florença
Giorgio GIOVANNONI — Redator chefe do bi-mensário democrata cristão "POLITICA" de Florença
Remo GIANNELLI — Director do serviço de imprensa "STAMPA" de Florença
Franco SPIECCHI — Vice-Presidente da UNURI
Ernesto TRECANNI — Pintor
Vello SPANO — Senador
Ivaldo VERCELLI — Professor da Universidade de Torino
Renzo VESPIGNANI — Pintor
Giancarlo VIGORELLI — Secretário Geral da Comissão Europeia dos Escritores e Director de "Europa Literária"
Monica VITTI — Atriz
Paolo VITTORELLI — Publicista
Bruno WIDMAR — Director de "Il Protagonista"
Valério ZURLINI — Cineasta
Giorgio VERONESI — Sindicalista
Carmen ZANTI

Grã-Bretanha

Jennie LEE — Deputada trabalhista
Fenner BROCKWA — Deputado trabalhista
John STONEHOUSE — Deputado trabalhista
Sir Julian HUXLEY — Biólogo
Henry MOORE — Escultor
Canon COLLINS — Da Igreja Anglicana
Rev. Michael SCOTT
Rev. Donal SOPER — Metodista
Alan SILLITOE — Escritor
Hugh MAC DIARMID — Poeta escocês
Sir Allen LANE — Editor dos "Penguin Books"
J. M. CAMERON — Catedrático de Filosofia, Universidade de Leeds
Basil DAVIDSON — Jornalista e escritor
Johnny DANKWORTH — Chefe de orquestra de jazz
Cleo LAINE — Cantora
Doris LESSING — Escritora
William PAYNIER — Secretário Geral do Sindicato dos Mineiros
Prof. J. D. BERNAL — Físico
Comandante FOX-PITT
Mr. e Mrs. Ronald SEARLE

Declaração de Oslo

Foi na capital da Noruega, que, em 1961, personalidades de diversos países subscreveram um documento de apoio à Conferência de Paris, a realizar-se proximamente, o qual, pouco depois, se transformou, pelo numero de adesões, na arrancada definitiva para a realização da Conferência proposta.

Relembramos, pois, os nomes daquelas personalidades:

SUÉCIA:

SONIA BRANTING — Escritora
SVEN TEORELLER — Escritor
AXEL JANAS — Editor da "Grafisk Revy"

GRÁ-BRETANHA

G. N. MOON — Da Associação dos Agricultores
J. A. HARLEY — Da União dos Gráficos
JOAN W. TOCHER — Engenheiro
P. ABRAMS — Professor da Universidade de Cambridge
CLIVE JENKINS — Secretário Geral das Trade-Unions
H. C. JEWERS — Estivador
BETTY SINCLAIR — Secretária das Trade-Unions da Irlanda
STANLEY BOULTON — Farmacêutico
JOE NORMAN — Metalúrgico
B. BIRNBERG — Escritor

ITÁLIA

BIANCA GUIDETTI SERRA — Advogada
SERGIO ROISSO — Comerciante
BOIARDI ERASMO — Estudante universitário
GIANA DE MICHELIS — Estudante universitário
ACHILLE OULETTO — Estudante universitário
EMILIO LOPANE — Rep. do Partido Radical Italiano
LUGO PORRO — Escritor
VALERIO ZUSLINI — Cineasta
UGO PIRRO — Jornalista

REPUBLICA FEDERAL ALEMÃ:

MICHEL KARNER — Comerciante
KARL SAUER — Escritor
Prof. MARIA KLARA FASSBINDER — Professora universitária
SIEGFRIED EINSTEIN — Escritor

SUISSA:

ERNST LINGGI — Antiquário e livreiro, e outros.

Comunicado da Associação Internacional de Juristas Democratas

A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS DEMOCRATAS, distribuiu à imprensa, em Bruxelas, o seguinte documento, datado de 8 de fevereiro de 1962:

COMUNICADO SOBRE A CONVOCAÇÃO DE UMA "CONFERÊNCIA PRO-ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES":

As violações extremamente graves das liberdades publicas e individuais e do direito de defesa, em Portugal, desde há muitos anos vêm sendo denunciadas pela Associação Internacional de Juristas Democratas.

A instrução e o julgamento de processos por motivos políticos dão azo, naquele país, a constantes atentados contra os direitos universais do homem. É sabido que o expediente das chamadas medidas "de segurança" permite prolongar indefinidamente, a criterio da policia politica, o tempo da detenção.

Um inquerito feito, em data recente, em Portugal, por um representante desta Associação Internacional de Juristas Democratas, advogado Gonzalez de Gaspard, do forum de Paris, leva-nos a concluir que os presos politicos sofrem as piores sevicias, fisicas e morais. Os advogados vêm-se frequentemente impossibilitados de exercer suas funções, chegando até a serem presos e maltratados por haverem, simplesmente, cumprido seu dever de defensores.

O numero de prisões de democratas portugueses aumentou ultimamente, e o pintor e escultor José Antonio Dias Coelho foi assassinado pela policia politica.

Essa situação fez com que um certo numero de personalidades tomasse a iniciativa de convocar uma CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL PRO-ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES, realizavel na primavera proxima.

O Secretariado da ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS DEMOCRATAS dá sua plena adesão aquela iniciativa e convida os juristas de todos os países a associarem-se à campanha a favor da anistia aos presos e exilados politicos portugueses, comunicando suas adesões ao COMITE DE INICIATIVA DA CONFERENCIA (77, Rue d'Aboukir, Paris II).



Desenho de Picasso para a conferência de Paris para a Anistia em Espanha (1961)

Não clamareis em vão!

Continuamos a publicação das cartas de mulheres portuguesas revelando a maneira bestial como a PIDE trata suas vítimas:

Queridas Amigas:

Tenho 38 anos. Desde os 17 que a minha vida tem estado estreitamente ligada à de todos os homens e mulheres que no meu país lutam por uma vida melhor. Para fugir à perseguição que a policia de Salazar desencadeia contra os homens e mulheres que lutam em defesa dos direitos do povo explorado e oprimido, nomeadamente contra os comunistas, e para continuar aquela justa e necessária luta, fui obrigada a viver dez anos na clandestinidade, afastada de toda a familia.

Fui presa a 15 de Outubro de 1959, após uma movimentada perseguição nas ruas de Lisboa. Ameaçada e insultada, primeiro na policia e mais tarde no tribunal onde fui julgada após um ano de detenção, fui condenada à longa pena de 8 anos de prisão e "medidas de segurança" por tempo indeterminado, o que significa praticamente a prisão perpétua, condenação esta que é a maior até hoje aplicada no meu país pelo regime de Salazar a uma mulher, julgada pelo grande "crime" de amar a Pátria e lutar pela sua libertação. O juiz ainda classificou esta condenação de "benevolente" afirmando mentirosamente que no meu país eu seria simplesmente condenada à morte. Um júri a mando do governo e da policia, sem qualquer espécie de independência nem consciência humana, condenou-me sem qualquer prova por um crime que não cometi — tentas-

derrubar o atual governo por métodos violentos e inconstitucionais, pretendendo justificar esta injusta condenação com o facto de eu ser membro da Direcção do Partido Comunista Português como se isso fosse um crime em qualquer país que não seja um país onde o fascismo mais feroz impera.

Só na véspera me foi permitido trocar algumas palavras com o meu advogado na sede da policia, pois na cadeia tal não foi possível dadas as condições impostas para falar com os advogados: no parlatório com a presença de guarda. No tribunal fui impedida de falar e de me defender sob o pretexto de estar a fazer propaganda politica. Isto apesar de acusação que me foi feita ser de caracter politico, conforme sublinhei então. As minhas testemunhas e o meu advogado, Dr. Manuel da Palma Carlos, foram igualmente impedidos de falar e ameaçados, como eu, de irem para o calabouço caso insistissem em falar. Mesmo assim, porém, nem com este ambiente de intimidação foi possível à policia nem ao tribunal provar a acusação que me era feita e na base da qual fui condenada. As únicas duas testemunhas de acusação — dois agentes da PIDE —, que eu nunca vi e que afirmaram conhecer-me, nada acrescentaram que pudesse levar o tribunal a tal decisão pois todas as suas afirmações não foram provadas, não passaram de mentiras. E' assim que se julgam no meu país os patriotas. Estes são os tribunais que há anos têm aplicado centenas de anos de condenações e que inclusive processaram os réus dum processo politico por estes, em tribunal, prestarem homenagem com um minuto de silêncio a dois patriotas mortos nos antros da PIDE em consequência de torturas.

Com o desrespeito de todas as leis fascistas que fixam em 48 horas o prazo máximo de incomunicabilidade, estive 20 dias absolutamente

incomunicável e dois meses isolada sem jornais, livros, revistas, papel ou lápis. As visitas no periodo de isolamento após os 20 dias de incomunicabilidade eram de 15 minutos por semana num parlatório desumano onde é extremamente doloroso o convívio para os presos e familias, separadas por uma rede, um corredor e um vidro e na presença dum agente da policia politica (PIDE).

Ao longo destes dezanove meses de prisão, os meus dias foram passados 24 horas ou 23 horas e meia numa cela debaixo de terra como todas as celas do Forte de Caxias que é subterrâneo, razão porque aqui a humidade é constante (o que muito tem contribuído para o agravamento de uma doença reumática de que soufiro. Durante todo este periodo, apenas duas vezes pude estar uma hora junto de minha familia e com ela conversar mais de perto. Daqui para o futuro, porém, nem sequer voltarei a ter mais essa escassa e reduzida possibilidade de aproximação com os meus, pois foram-nos arbitrariamente e violentamente retiradas as três visitas em comum por ano; nos dias festivos do Natal, Ano Novo e Páscoa.

É nestas condições desumanas e extremamente dolorosas que decorre o meu convívio com meu filho de sete anos que necessariamente terá de se ressentir de toda esta situação, como se ressentem os filhos dos patriotas em situação idêntica à minha. Não são porém estas e outras torturas como castigo constantes, injustos e injustificados, ameaças e intimidações, que abalarão o meu ânimo e a minha vontade inabalável de ajudar a pôr-lhe fim de uma vez para sempre. A ferro, a maior tortura para um patriota é a impossibilidade de dar a sua contribuição à justa causa do Povo. Esta a maior tortura que eu também soufiro neste momento.

a) Maria Aida Nogueira

Saudação da UDP ao Comitê Italiano

A Unidade Democratica Portuguesa, enviou ao Comitê Italiano de Apoio à Conferência da Europa Ocidental em Prol da Anistia para os Presos e Exilados Politicos de Portugal, a mensagem que a seguir transcrevemos:

Ao Comitê Italiano de Apoio à Conferência da Europa Ocidental em Prol da Anistia para os Presos e Exilados Politicos de Portugal.

Fomos informados, pelo Prof. Ruy Luis Gomes da cerimonia de instalação em Itália do Comitê Italiano de Apoio à Conferência da Europa Ocidental, da qual participaram altas figuras da luta anti-fascista na Itália.

Foi com grande júbilo que esta noticia foi recebida pela U.D.P., organização que no Brasil, congrega elementos de todas as correntes politicas que lutam contra a ditadura que há 35 anos sufoca o Povo Português.

O vosso exemplo de dedicação a uma causa tão justa e o sabermos que temos como companheiros de luta personalidades que tanto se vêm distinguido na vida politica do vosso País, é para nós incomensurável incentivo na nossa luta que só poderá terminar com a restauração das liberdades democráticas em Portugal.

Profundamente gratos pela vossa iniciativa, que cumpriremos, estamos certos, todos os seus objetivos, apresentamos as nossas mais expressivas

Saudações Democráticas.
Pela Comissão Executiva da U.D.P.
Carlos Valente da Cruz



Cartaz da Conferência de Paris, para a Anistia em Espanha (1961)

A Revolução de Beja

A «Jaca» Portuguesa?

HUMBERTO DELGADO

Há muito — mais de um quarto de século — que a oposição se não batia, a não ser por meio de papéis. Já de Washington (1952/1957) eu tentei criar um novo ciclo revolucionário. Regressando em 1957, não sonhando sequer que haveria de ser escolhido para candidato à Presidência da República, logo comeci a conspirar em coligação com militares e civis. Está vivo um velho democrata, bom cérebro da "oposição clássica", que entrava nestes conluios. Como o governo, à minha chegada me não entregou o comando da Força Aérea que por direito me pertencia, nunca dispuz de tropas "minhas". No entanto três revoluções tiveram data marcada: 2/6/58, 18/12/58 e 12/3/59. Foi ao preparar a segunda que entrei em contacto comigo o revolucionário Manuel Serra. Desde a primeira vinha o capitão Almeida Santos que apareceu assassinado na praia do Guinho, cerca de Lisboa. Mas, como se vê, tratou-se de revoluções mortas no ovo.

Desnecessário é dizer que não foi por minha culpa que elas goraram. Em fins de 1960 previu-se que eu fosse a França encontrar-me com delegados militares e civis. Quando devia partir, em princípios de 1961, foi-me negada a entrada naquele país.

Em junho e julho do mesmo ano, despachei emissários para a Europa e Marrocos a fim de estabelecerem ligações e desencadearem o plano revolucionário em Portugal. (Para informação aos opositoristas envidados que lamentam ter dado dinheiro para o "fracasso" de Beja, convém dizer que eu fui o segundo subscritor em maior importância para a verba necessária a revolta, aproveitando inesperado pagamento de um trabalho literário).

O plano nas suas linhas gerais, abrangia:

— Ataque súbito a uma ou duas unidades, com material de guerra que se introduziu em Portugal — mas não partiu de Marrocos, ao contrário do que portugueses "soit-disant" opositoristas, denunciando a revolução, publicaram na imprensa do Brasil em outubro de 1961, isto é, três meses antes da revolta.

— Ação principal em teatro de operações facilmente isolável na frente, coberto nos flancos e retaguarda por obstáculos naturais importantes, quer dizer, mar, rio ou colos apertados.

— Corrida rápida, depois do êxito do primeiro ataque, quer sobre unidades vizinhas quer sobre posições defensivas que isolassem o referido teatro de operações. Para o efeito utilizar-se-iam tropas auto-transportadas em veículos de requisição. Seriam armadas e municionadas com material de guerra tomado no assalto inicial.

— Atuação, em ligações e propaganda, de pequenos aviões-escola e de turismo, capazes de aterrar em aeródromos de recurso, ou improvisados, até em simples retas de bca estrada.

— Levantamento popular em teatros de operações secundários com assaltos aos pequenos postos da Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícias. Recorrer-se-ia a militares licenciados para dar ordem e coesão. Estes núcleos exerceriam ações de flagelação sobre tropas adversárias que tentassem mover-se e garantiriam a deposição das autoridades.

Infelizmente o plano foi alterado, rebentando a revolução num teatro de operações secundário — o Alentejo. As dificuldades de ligações com Marrocos e eu só poder ter chegado a Portugal quasi à hora da revolta, não me permitiram tocar no caso.

Era opinião geral que eu só entrasse em Portugal depois de criada uma "testa de ponte". Com base em razões que me dispense de explanar, entendi ao contrário. Desde que cheguei a Marrocos, em 4 de outubro de 1961, até que sai de Casablanca em 22 de dezembro, outra coisa não pensei. Infelizmente estava munido de mau documento para o efeito — passaporte brasileiro para estrangeiros.

Por outro lado o conhecido "teatro" e denúncia da revolução levados e feito pelo grupelho atrás referido, fez desencadear terrível e super vigilância nas fronteiras da Península Ibérica. Até a polícia marroquina passou a interessar-se pelo caso ao saber que na imprensa brasileira a ridicularizavam, ao dizerem que Manuel Serra (mesmo assim, com o nome!) despachava material de guerra de Marrocos para Portugal. Muito naturalmente, houve receio maior da parte dos contrabandistas, tanto mais que ocorreu insistente boato de que um barco marroquino metido a pique por um guarda-costas espanhol, sofrera tal sorte por se supor que eu ia dentro daquele...

As dificuldades cresceram para eu me deslocar e entrar no meu país. Nem pagando apareciam barcos, aviões ou passaportes tais.

Felizmente à décima nona tentativa, apropriei-me de um passaporte português. Apoz-se-lhe a minha fotografia com adequados disfarces e no canto direito inferior parte de um selo branco falso. A despeito das notórias diferenças nos caracteres físicos entre o real e o falso possuidor, passei sete fronteiras. Dos carimbos apostos constam dois da Pide, polícia que se me agarrasse, ou me balearia, dizendo que eu pretendia fugir, ou me poria em prisão perpétua.

Grande o terror e a repressão em Portugal e Espanha. Como consequência não consegui, nem pagando, obter os elementos que me permitissem passar a fronteira fora dos postos da Pide, a cavalo ou a pé. A invernia que assolou a Europa, tirava as veleidades de alguém passar sozinho a fronteira, nestas condições, sem a conhecer.

É a altura de referir a missão de uma brava brasileira, a minha secretária dña. Arajaryr Campos. Começando por pagar ela própria a sua viagem de ida e volta por via aérea, foi um excelente elemento de ligação em Marrocos, Espanha e Portugal, correndo alto risco de um bom período de prisão se agarrada pela PIDE, pois àquela senhora competiu o transporte de meu uniforme militar no forro do seu casaco. Vendo que na Andaluzia (Espanha), eu decidira, perante as dificuldades, passar a fronteira no posto da PIDE, logo se ofereceu para me acompanhar a fim de que, se a polícia de Salazar ou de Franco me fizessem desaparecer, houvesse uma testemunha. A coincidência curiosa de um dos seus nomes verdadeiros coincidir com um dos meus nomes falsos, permitiu que representássemos a farsa de "tio" e "sobrinha".

Não se dá conta neste artigo dos permenores a respeito de disfarces utilizados, embora, infelizmente, tantos dêem mais importância a isso do que à ação de Beja em que houve mortos e feridos, mas a oposição portuguesa do Brasil recebeu esta com um silêncio e frieza que espantam, em particular quando se vê a repercussão internacional que teve o levante de Beja e o fato de eu ter entrado clandestinamente em Portugal e ali haver estado 12 dias escondido.

Não contando com a noite passada na fronteira de Barca d'Alva, mudei de casa sete vezes. Incluem-se nestas a Pensão São Jorge de Lisboa e a Pensão Aviz do Porto, uma noite em cada uma. Para os colecionadores de pomenorização: nesta última pensão ocupei o quarto 21 e nele fiz uma auto-fotografia. A senhora Campos ocupou o quarto n.º 1. O hoteliro que verifique...

Perdido o barco em Ceuta em 23, só em 25 cheguei a Espanha europeia. Gastei ainda mais 4 dias na Andaluzia tentando resolver o problema de obter cavalos e guia para passar a fronteira fora dos postos. Nada conseguindo entrei em aberto pelo posto da PIDE de Ficalho. Apontei a Lisboa onde dormi uma noite. Telefonei à família sem dizer quem era. A voz bastava... Na noite seguinte fui para Beja.

Dando-se o caso que o agente de ligação que me ia buscar à África se cruzou comigo na viagem, pelo que só no último momento eu

tive conhecimento exato da revolta. Desta forma os revolucionários tinham-me antecedido umas horas sobre Beja.

Nesta cidade onde entrei cerca das 2 horas da madrugada do dia 1, reinava a maior calma, o que evidentemente fazia confusão. Quando procurávamos descobrir a zona do quartel, surgiu o sintoma nítido que a revolta pelo menos já era do conhecimento de forças que não haviam sido neutralizadas. Assim, subitamente a polícia mandou parar o carro em atitude hostil. O chofer hesitou mas com indicação apropriada seguiu lentamente sem parar. A polícia hesitante também, não atirou. Dobrada a esquina metemos alta velocidade.

Depois de escondido duas noites no Alentejo, sempre a espera do fatídico bater à porta pela PIDE, apontei ao Norte, chegando ao Porto numa viagem praticamente ininterrupta de nove horas.

Queriam alguns correligionários que, perante a alta vigilância de estradas e fronteiras, me assilassem novamente na embaixada do Brasil. Não concordei. A 10 de janeiro apontava a Barca d'Alva. Em 11 passava a fronteira. Para despistar, a sra. Campos saltou pela linha da Beira Alta (fronteira de Vilar Formoso).

Seis horas em Madri apenas, no dia 12. As 18 horas do mesmo dia, Casablanca. Entre o aeroporto desta cidade e o hotel, mudo de personalidade. Deixo de ser o sr. "X" para me tornar o general Humberto Delgado que, oficialmente, nunca saiu de Marrocos Retomo o meu passaporte brasileiro e entro em 16 no Brasil.

CONSEQUÊNCIAS DA VIAGEM E REVOLTA:

a) Alto desprestígio das polícias políticas salazaristas e franquistas.

b) Fecho simbólico do "círculo do papel" a que a oposição portuguesa se dedicava. Correu sangue. Morreu um membro do governo.

c) Tremendo choque psicológico em Portugal. Crença no chefe que disse "EU VOLTAREI", e voltou.

d) Reabilitação da oposição, escarnecida, depois da série de "teatras" levadas e feito por grupo bem conhecido, cujo chefe fez constar na imprensa brasileira que entrara em Portugal, clandestino, quando se limitava a existir-se em Tanger, Marrocos.

e) Curiosa unidade político-militar: oficiais de carreira, oficiais da reserva e o povo sofredor apareceram coligados em Beja. (Agora temos mais uma cinquentena de famílias na miséria pois a oposição, depois de tantos anos, sofre de tremendos males mentais e materiais, que agora não quero referir.

f) Funcionou o acordo luso-espanhol que assinei em 24 de novembro de 1960 com o general Emilio Herrera, presidente do Conselho de Ministros do governo espanhol no exílio. (Altas facilidades e contactos no estrangeiro que agora se não podem referir).

g) Secundariamente, foram canceladas manifestações de homenagem ao Dr. Salazar (a respeito da sua política na Índia) e ao ex-ministro Santos Costas (grande banqueiro patrocinado pelo Bispo de Vizeu).

Pouco? Muito? Para os que têm a língua como órgão de virilidade: pouco... No entanto, os espanhóis de Casablanca, apelidaram a revolta de Beja, de "JACA" portuguesa. Mais amáveis do que tantos portugueses.

"O Caso de Goa"

A ADMINISTRAÇÃO DE PORTUGAL
DEMOCRATICO (Edições)
Rua Conselheiro Furtado 191, S/2
Cx. Postal 4469 — S. Paulo (Brasil)
Queiram enviar o folheto O CASO DE GOA a:

NOME:
ENDEREÇO:
CIDADE:
Envio junto
Para exempl.

Preço de cada folheto, incluindo portes por via aerea:

BRASIL: Cr\$ 150,00. — EXTERIOR: USA\$ 1 Dólar

Preencher com letra bem legível, enviando num envelope juntamente com a importância necessária.

Aceitamos pagamento por vale postal, ou em ordem bancária com valor declarado num envelope endereçado à nossa Administração.

Franco e Salazar unidos e reunidos



MADRID, Fevereiro (AFP e AP) — embora circule o rumor de um encontro, entre o general Franco e o primeiro-ministro Salazar, nos círculos políticos desta capital não se deu confirmação alguma e declarou-se "ignorado por completo". Ambos discutiram a integração de seus países numa Federação da Península Ibérica. Os dois chefes de Estado ibéricos avistaram-se, pela última vez, em junho de 1960, em Mérida, e desde então a Aliança Ibérica continuou estreitando-se.

Prova dessa coesão crescente do bloco ibérico pode encontrar-se na posição comum de ambas as nações diante da política de descolonização das Nações Unidas e da insegura ameaça do "Diretorio Revolucionário Ibero de Libertação", pelo que se planejou, desde o caso do "Santa Maria", a visita do presidente Americo Thomas a Madrid, em dezembro último, e, por fim, o reforço dos vínculos entre os dois Exércitos, consagrado pela última reunião dos Estados-Maior peninsular em Madrid.

Pode ser que a petição formulada pela Espanha para aderir ao Mercado

Comum tenha dado lugar à obrigação de consultarem-se os governos ibéricos, para ressaltar que isso não debilitaria sua associação político-militar permitida, em troca, evocar uma fórmula não já de Federação, entre ambos os países, mas também de união compreensiva de caráter econômico.

A reunião, anunciada realizar-se-ia, segundo os rumores que circulam em Madrid, por iniciativa de Portugal e acredita-se que o general Franco será acompanhado de seu chanceler, Fernando de Castiella, do ministro da Informação, Gabriel Arias Salgado e do ministro-secretário da Presidência, Luis Carrero Blanco. Parece que se encontram em curso certos preparativos em Ciudad Rodrigo, próximo da fronteira portuguesa, porém o general Franco poderia adiar a viagem, por ter a mesma sido difundida com demasiada antecedência, o que já aconteceu anteriormente, e acabou acontecendo mesmo. Nem todo os PIDE, nem todos os "valientes" da Seguridad, de Franco, já garantem a PAZ desses dois super-fascistas.

Três notas para um programa de ação

MANUEL SERTORIO

1. Os democratas portugueses mais politizados lutam contra o salazarismo porque ele impede a democratização do nosso país. Muitos deles são, por isso, levados à conclusão de que devem preocupar-se desde já com a segunda fase de sua luta, isto é: aquela que se desenvolverá imediatamente a seguir ao derrubamento do fascismo.

Esta preocupação não conduz necessariamente ao enfraquecimento da fase atual da luta, que é para derrubar o salazarismo. Mas pode levar a esse resultado, se pensarmos que nada mais impõe fazer do que programar... cuja possível execução depende do ruir de Salazar e da força relativa, nesse momento, das várias forças democráticas.

Se não tem sentido disputar a pele do urso enquanto ele está vivo, pormo-nos de acordo quanto a divisão da pele não tem também grande utilidade prática enquanto o urso continuar vivo.

2. A nossa luta é neste momento contra o salazarismo. Ela pode e deve encontrar em si própria a motivação e justificação políticas suficientes. Isto por causa de um pequeno detalhe: é que o salazarismo é uma das formas históricas do fascismo, o qual, para ser combatido, não exige mais do que o ser-se... verdadeiramente antifascista.

Esta luta, como qualquer outra, exige organização. E essa organização tem de ser a que melhor se adapte, na prática, às formas de atividade que forem previstas.

Pensar que a organização possa levar mecanicamente às ações justas é cair forçosamente no imobilismo.

E não é a unidade que a isso poderá obstar. Em primeiro lugar por que ela só poderá existir, neste momento, em torno de um programa de ação prática para queda do salazarismo.

A unidade (tão necessária como é) será, assim, um consequente e não um antecedente deste programa.

3. Não pode separar-se a prática da teoria, a ação do pensamento políticos.

Mas há horas em que uma ou outra merecem a primazia. Quando as condições de luta se modificam qualitativamente, como no presente caso, essa primazia cabe sem dúvida ao pensamento político.

Para derrubar o salazarismo torna-se necessário uma organização. Para essa organização torna-se preciso um programa de ação. Em torno desse programa se estabelecerá a unidade (total ou parcial), de ação e para ação. E para uma e outra coisa é necessário proceder ao inventário dinâmico das nossas atuais possibilidades, propondo as formas de luta adequadas.

Trata-se de insurreição popular? Pois é a sua justificação teórica e a sua possibilidade prática que é preciso efetuar.

Para agir com justeza, pensemos primeiro com igual justeza. E isto que temos de fazer agora. Para começar.



A agonia do colonialismo

O Teatro Oficina e a Revolução Angolana

Ronald Daniel, um dos atores da peça "A Vida impressa em dolares" de C. Odets, cujo espetáculo no dia 21 de fevereiro, foi em benefício das vítimas do colonialismo português, disse, antes de começar a representação:

Fez há dias um ano que Luanda acordou em sobressalto. Madrugada alta, os militantes do Movimento Popular de Libertação de Angola lançavam-se ao assalto das prisões para libertar seus líderes. A tranquilidade dourada dos colonos de Salazar, dos senhores do café, dos diamantes, do algodão e do açúcar findou nessa noite dramática. A Revolução angolana principiava.

Dias depois, vinha a resposta do colonialismo. Os bairros africanos foram invadidos pelos colonos ultra e Luanda assistiu a um "Prom" concebido e executado de maneira metódica, quase científica. O sangue de milhares de angolanos empapou as ruas, manchou as paredes das casas, salpicou de vermelho as roupas dos assassinos.

Foi então que o Norte se levantou em peso. Angola aceitou o desafio do colonialismo moribundo. As terras fabulosas do café transformaram-se em palco de uma luta desigual, inhumana, uma luta em que homens praticamente desarmados enfrentam tanques, canhões, aviões e bombas de napalm. Cem mil angolanos foram assim liquidados pelo aparelho de repressão. O maior massacre que a história da África Negra registra...

O "Paraiso" das Colonias

NOVO REINO QUE (NEM). TANTO SUBLIMARAM — I.

A "AÇÃO POPULAR" DE BELO HORIZONTE, EM SUA EDIÇÃO DE 26 DE JANEIRO PUBLICAVA: De Cristóvão Morais, de Cabo Verde, bolsista do Centro de Estudos Afro-Ocidentais, do Governo Federal na Bahia: "Temos uma população de cerca de 200 mil habitantes, em sua quase totalidade analfabeta e em grandes dificuldades. Portugal não dá assistência devida à colônia. Há pouquíssimas escolas e o negro não é considerado cidadão; não tem direito a voto e nem sequer a certidão de nascimento."
(in "Visão" — 12-1-62)

NOVO REINO QUE (NEM). TANTO SUBLIMARAM — II.

De Fidélis Cabral, da Guiné Portuguesa, bolsista do Centro de Estudos Afro-Orientais, do Governo Federal, na Bahia: "O povo está à míngua e a ignorância campeia em todos os quadrantes. Basta dizer que, para uma população de 900 mil pessoas, existiam na Guiné, em 1957, apenas 12 escolas."

Explosão em Monumento a Salazar

LISBOA, Fevereiro (AFP) — Anuncia o correspondente da ANI que se verificou uma explosão ao pé do monumento a Salazar, na praça do "Liceu Salazar", de Lourenço Marques. A estatura, de 4 metros de altura, ficou bastante danificada. A explosão coincide com o envio de destacamentos armados àquela colônia portuguesa na África Oriental. Teme-se um possível levante da maioria da população negra ou dos adversários brancos do governo salazarista.

Até agora, Moçambique não foi seriamente afetada pela rebelião nacionalista e a explosão de hoje constitui o primeiro ato de sabotagem política que lá se verifica.

Mas Angola não cede.

Um ano decorreu desde o dia primeiro do levante de Luanda. O espetáculo que ides presenciar é dedicado à memória dos patriotas que perderam a vida no combate libertador, à gesta do povo de Angola. Os males de que ele trata parecem insignificantes ao lado da imensa tragédia de Angola. Mas a diferença está mais na forma do que na essência. Entre a vida impressa em dólar e a morte impressa em escudo há muito de semelhante. O desespero dos patriotas angolanos é o mesmo desespero de Ralph tinto de sangue. E' o desespero dos que, desejando um mundo novo, passam a descoberta a ação.

Denúncia da UDP às Nações Unidas

Havia sido noticiado que a Questão Angolana ia ser novamente discutida na Assembleia Geral das Nações Unidas e tiveram informações de que essa discussão decorreria ainda na 1.ª sessão.

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, dirigiu-se, por isso, no dia 5 de Novembro de 1961, ao Secretário das Nações Unidas, ao Presidente da Assembleia Geral, ao Presidente do Conselho de Tutelas e ao Presidente da sub-comissão para a informação sobre Angola por parte do governo português, marcando, mais uma vez, a posição dos democratas portugueses sobre o problema do colonialismo. (Vd. "Portugal Democrático" n.º 56, de Janeiro deste ano).

No texto que então subscreveu, a C.E. da U.D.P. levou ao conhecimento de todas as delegações presentes à 16.ª Assembleia Geral da ONU e seus respectivos governos o nosso repúdio da mentira salazarista das "provincias ultramarinas" e a denúncia da ação da PIDE e da censura como obstáculos da livre manifestação do povo português sobre a política colonial de Salazar, ao mesmo tempo que era denunciada também a posição dos falsos anti-colonialistas, que oportunisticamente invocam o direito a uma autodeterminação apenas teórica dos povos coloniais, pois pretendem fazê-la depender da "maioridade política" desses povos.

As cartas da C.E. da U.D.P. terminavam por expressar o nosso desejo de um fim imediato para a guerra colonial de Angola, com a libertação dos seus povos e bem assim dos das outras colônias portuguesas, lastimando que isso não possa resultar de negociações, que o governo salazarista teima em repudiar, mas esperando que a Assembleia Geral da ONU encontre a solução adequada, de harmonia com os princípios da justiça e dos direitos dos povos.

No dia 10 de Fevereiro p.p., a C.E. da U.D.P. teve o grande prazer de receber, em resposta, a carta que a seguir traçaremos, em tradução:

NAÇÕES UNIDAS (Gabinete do Presidente da Assembleia Geral) NOVA YORK

Janeiro 2, 1962
RET. OR 4 2116th (PI)

Senhores: Em nome do Presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, tenho a honra de acusar a recepção da vossa carta com data de 5 de novembro de 1961 que foi levada à atenção dos membros da Assembleia Geral como é de procedimento habitual.

Queiram aceitar, senhores, a expressão de minha consideração.

a) Jean Gazarian

Associação Internacional de Juristas Democratas

COMUNICADO SOBRE ANGOLA E O COLONIALISMO

Ao comemorar-se, neste trimestre de 1962, o primeiro aniversário da luta pela libertação de Angola, recebemos este: Comunicado sobre Angola e Outras Colônias Portuguesas.

Por ocasião do primeiro aniversário do início da insurreição do povo angolano contra o colonialismo português, o Secretariado da Associação Internacional de Juristas Democratas constata que o direito à auto-determinação e à independência proclamado pelo Carta das Nações Unidas continua sendo sempre violado por Portugal.

Considerando que as autoridades portuguesas tentam a luta dos angolanos e dos habitantes de outras colônias portuguesas (Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe) pela sua libertação, por meio de prisões arbitrárias e uma repressão sangrenta; que o grande poeta e médico, do povo angolano, Agostinho Neto, continua detido desde junho de 1960;

Considerando que por 99 votos contra 2 e uma abstenção, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou a política de repressão e extermínio que Portugal pratica em Angola;

O Secretariado da A. I. J. D. vem, novamente, reclamar medidas destinadas a assegurar a esses povos o exercício do seu direito à auto-determinação; pede, também, que seja posto um fim na extermínio massiva da população de Angola e das outras colônias portuguesas.

Ele convida os juristas do mundo inteiro a exigir a libertação de Agostinho Neto, intervindo junto ao Ministro da Justiça em Lisboa, enviando mensagens de solidariedade ao líder angolano na prisão de Aljube.

PORTA-VOZ DA REVOLUÇÃO



Primeiro numero do órgão do M.P.L.A. editado mensalmente, em 3 línguas: quimbundo, francês e português.

Colaborações

PORTUGAL DEMOCRATICO é, desde sua fundação, porta-voz dos antifascistas portugueses. Será encaminhado ao Conselho de Redação o material recebido na nossa sede até ao dia 20 de cada mês, para ser incluído no numero seguinte. É indispensável, porém, que os originais venham datilografados a 2 espaços, de um só lado do papel, e com a indicação do nome do autor.

Conselho Mundial da Paz

O problema das 'provincias' de Portugal na Africa

Realizou-se em Dezembro na cidade de Estocolmo mais uma reunião do Conselho Mundial da Paz.

O delegado português, Dr. Antonio José Saraiva, conhecido escritor e historiador é uma das figuras mais expressivas da intelectualidade portuguesa atual, fez uma intervenção que, no dizer dos demais participantes se revestiu de interesse incomum porquanto esclareceu diversos pontos ainda obscuros da trama sinistra do colonialismo fascista de Salazar visando mascarar no que ainda for possível a verdadeira situação do País.

Transcrevemos seguidamente alguns dos trechos mais importantes da referida intervenção.

"Há já alguns meses que vem sendo travada a guerra em Angola. O governo de Lisboa decidindo ignorar por completo o grande movimento de descolonização, respondeu com a mais feroz repressão à revolta do povo de Angola contra uma escravatura de fato que lhe é imposta há séculos. As chamadas operações militares tem constituído em grande parte o aniquilamento total de centenas de aldeias e vilas, e no massacre de populações que representam, segundo a imprensa estrangeira, várias dezenas de milhar de mortos, institui-se no norte dessa colônia uma verdadeira caça ao negro. O governo de Lisboa pretende que essa guerra acabou; nós acreditamos, pelo contrário, que ela apenas começou. De qualquer maneira encontra-se ali um exército numeroso e o governo prossegue ativamente a reforçá-lo com as armas mais modernas.

É preciso acrescentar que noutros territórios ocupados pelos portugueses a tensão vem aumentando e a guerra será inevitável se o governo de Lisboa persistir na sua atitude de intrasigência total em relação ao movimento de descolonização. E' assim que na Guiné e em Moçambique a repressão de qualquer movimento político de qualquer manifestação de opinião, da liberdade sob qualquer forma; conjugada com uma ocupação militar crescente deixam cada vez menos aos povos que querem ser livres em seus próprios territórios, outra saída que não seja a do recurso a um movimento armado".

Mais adiante, referindo-se a política belicista do governo de Salazar, menciona as bases americanas existentes em Portugal e as que foram recentemente criadas ou estão em vias de o ser, nomeadamente para o exercéculo alemão.

"Em torno do governo de Lisboa urdiu-se uma conspiração contra a paz, conspiração feita de cumplicidades hipócritas e de apoios declarados. E' isso que torna possível a guerra em Angola e a preparação da guerra em Moçambique, na Guiné, etc.

Nessa conspiração são alheios tanto os interesses como os sentimentos do povo português. O governo de Lisboa tentou apelar para aquilo que ele chama os sentimentos patrióticos da população tentando comovê-la visto as colônias portuguesas, muito antigas evocarem a lembrança da época mais brilhante da história de Portugal. Esses esforços malograram completamente. Nas chamadas eleições há pouco realizadas, para a "Assembleia Nacional" todos os partidos da oposição desde a direita até ao Partido Comunista foram acordes na exigência de que acabasse a guerra e se entabulassem negociações para a resolução do problema de Angola. Essa tomada de posição dos agrupamentos políticos tem suas raízes no sentimento generalizado da população que, não podendo exprimir-se livremente através da imprensa e do rádio se manifestou por outras formas, como sejam, numerosas deserções de soldados, com o apoio da população, alguns motins e unidades militares, algumas manifestações à partida de navios com tropas e alguns casos de recusa da prestação de serviço militar por motivos de consciência. Essas manifestações são reprimi-

das com maior severidade. Tomaram-se precauções para que os embarques de tropas se façam em segredo; ao mesmo tempo que o rádio e a imprensa se entregam a uma propaganda belicista e pseudo-patriótica desenfreada".

E mais adiante disse: "E' preciso não esquecer que o povo português não é um povo livre. Quero lembrar que em Portugal diversos partidários da paz foram presos e levados a tribunal, que alguns ainda continuam na prisão. Eles foram bem dedicados à causa da paz, e precisam da ajuda e da solidariedade dos partidários da Paz espalhados pelo mundo. Na hora atual essa ajuda e essa solidariedade encorajariam eficazmente o nosso povo a lutar contra a guerra de Angola".

O Dr. Antonio José Saraiva depois de se referir ao apoio indispensável dos grandes interesses financeiros e políticos que permitem a Salazar conduzir uma política que lhes é propícia, e portanto só poderia ser, como de fato é totalmente contrária aos interesses do povo português disse:

"Finalmente, é dado que a guerra de Angola representa um grave perigo para a paz do mundo, e, mais que ela constitui um ponto de fixação para os interesses que tiram vantagem da tensão mundial, submeto à apreciação do Conselho Mundial da Paz a seguinte proposta:

Que o Conselho Mundial da Paz se dirija a todos os governos, e principalmente aqueles dos países que fazem parte da NATO, para que se ponha termo a qualquer ajuda e a qualquer apoio que permitam e encorajem o governo de Lisboa a continuar a guerra de Angola e a preparar outras guerras coloniais".

MOÇÃO SOBRE A GUERRA DE ANGOLA

O Conselho Mundial da Paz aprovou com data de 19 de Dezembro de 1961 a seguinte Moção apresentada pela "Comissão sobre a Independência Nacional e a Paz":

"A brutalidade e os massacres com que os colonialistas portugueses procuram manter Angola sob seu domínio, com o apoio de outros interesses colonialistas, e reprimir a luta legítima do povo dessa Nação para obter o direito à soberania nacional e à independência, foram amplamente comprovados. O Conselho Mundial condena não somente a ação da ditadura portuguesa mas também a de todos os governos que com ele colaboram e lhe prestam ajuda nomeadamente os seus aliados da NATO. Responsabiliza esses governos pela colaboração no massacre do povo angolano. Fazemos um apelo aos povos do mundo inteiro para que se oponham a todas as formas de assistência dada ao governo português para a continuação da guerra em Angola e noutros territórios, e particularmente à venda ou à cedência de armamento e quaisquer outros materiais de guerra, e à passagem, pelos respectivos territórios, de armas e outro material de guerra para aquelas finalidades. O Conselho Mundial da Paz, Estocolmo, 19 de Dezembro de 1961".

OS ASSASSINOS NO PODER

Depois dos soldados e marinheiros portugueses, em Goa ...

"As forças armadas de que Goa dispunha eram as suficientes, no entanto, para obrigar o governo indiano a empreender não uma operação de polícia, mas verdadeiramente uma operação de guerra. Para isso foi-nos preciso expor alguns milhares de homens e ter menos uma unidade da Marinha de Guerra Portuguesa" (entrevista a Salazar a Sérgio Groussard do "Figaro").

"Era para mim horrível pensar que isso podia significar o sacrifício total, mas eu recomendava e esperava esse sacrifício..." (do discurso de Salazar, 3 de Janeiro de 1962).

...OS CIVIS ANGOLOS em Angola!

Em separata desta edição do nosso jornal, publicamos, no Boletim dedicado aos preparativos da Primeira Conferência da Europa Ocidental pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, a transcrição de uma lista, com centenas de nomes de patriotas angolanos, que foi publicada em "Unidade Angolana", órgão do M.P.L.A. (Movimento Popular de Libertação de Angola) na sua edição de fevereiro, comemorativa do primeiro aniversário da Revolução Angolana.

Segundo "Unidade Angolana" todos esses patriotas serão vítimas de uma espantosa manobra da PIDE de Salazar, que se prepararia, primeiro, para dispersá-los, transferindo-os das prisões onde se encontram para outras prisões, visando desorientar quem porventura queira saber o paradeiro exato deles todos.

Consumada a transferência estes patriotas serão encaminhados para locais remotos do vasto território de Angola. E, ali terão todos, mais tarde ou mais cedo, o mesmo destino: a vala comum onde seus corpos chacinados se juntarão para sempre á terra angolana cuja libertação ambicionaram.

Urge evitar esse crime de genocídio em iminência de ser consumado. E' preciso que seja levado ao conhecimento da Assembleia Geral da ONU, em denúncia formal, este plano sinistro que, não temos duvida, será executado integralmente. Não é sem razão que sistematicamente o governo fascista de Salazar se tem recusado a permitir que as Comissões da ONU averiguem, em Angola, o que está acontecendo nessa "provincia" de Portugal.

Aos homens livres de todo o mundo nós dizemos: E' urgente salvar da morte essas centenas de homens, muitos dos quais serão, tudo indica, os líderes do novo país africano — Angola, quando ele alcançar a independência a que tem pleno direito.

A PIDE ameaça exterminar patriotas angolanos

O jornal "Unidade Angolana", órgão do M.P.L.A. (Movimento Popular para Libertação de Angola) em sua edição comemorativa do primeiro aniversário da Revolução Angolana publicou esta nota que dispensa quaisquer comentários:

CONSTITUI AFRONTA A HUMANIDADE

Nas celas húmidas das cadeias. Nos campos de concentração de Angola, submetidos às maiores torturas, acham-se alguns milhares de angolanos. Na sua maioria, são inocentes a quem a vesga PIDE atribuiu não sabemos que "teríveis" compromissos políticos.

A nossa luta não se limita apenas às tarefas diplomáticas e de combate em todos os campos ao colonialismo português. Dedica-se igualmente a remover "céu e terra" a fim de obter a libertação de todos os angolanos detidos, entre os quais se conta uma grande maioria de nossos militantes.

No momento particular em que se assinala a passagem do 1.º Aniversário da Revolução Angolana insistimos de novo perante a consciência universal representada pelas instituições de justiça e de combate pela salvaguarda dos direitos humanos para que levem mais longe os esforços já por si desenvolvidos relativamente à situação dos nossos presos.

Tem de terminar a afronta espantosa de vermos serem condenados por um governo estrangeiro e verdadeiramente criminoso aqueles que, líderes de um povo ou nacionalistas convictos, defensores todos dos mais nobres ideais e dos mais sagrados fundamentos da convivência entre os homens, no respeito, na justiça, na igualdade e na fraternidade, merecem o alto apreço de toda a HUMANIDADE.

Cabe aqui referir os nomes de alguns desses detidos. São uma gota de água no Oceano, visto que o segredo em que se efetuam as prisões e as transferências dos presos para locais de onde dificilmente regressam, impede que se conheçam os nomes dos mártires angolanos.

Dr. Agostinho Neto, médico, poeta, Presidente Honorário do MPLA; Ildio Tomé Alves Machado, funcionário publico (CTT); Dr. Joaquim Pinto de Andrade, chanceler da Arquidiocese de Luanda; Mendes das Neves, cônego; Nobre F. Pereira Dias, professor; André Mingas Junior, funcionário publico; André Franco de Sousa, contabilista; António Pedro Benge, funcionário de Saúde; Conreiras da Costa, electricista; Amadeu Amorim electricista; Blarmino Van-Dunem, funcionário de Saúde; Agostinho Mendes de Carvalho, enfermeiro; Anteto Vieira Dias, empregado bancario; Domingos Van-Dunem, funcionário publico e jornalista; Jaime de Araujo, funcionário publico (Economia); Tomás Jorge, poeta, funcionário da Saúde; Antonio Cardoso, poeta, funcionário bancario; Antonio Jacinto, poeta, proprietário; Eduardo Anapaz, telegrafista; Francisco Pereira Africano, empregado do comércio; Gabriel Leitão Pereira, empregado do comércio; Higinio Aires, empregado do comércio; Manuel dos Santos Junior, electricista; Noé da Silva Saúde, estudante; Miguel de Oliveira Fernandes, funcionário de Banco; Mario Campos, oculista; Luis Rafael, tipografo; Antonio Marques Monteiro, funcionário de Banco; Helder Guilherme Ferreira Neto, jornalista; José Luciano Vieira Meireles, contabilista; Carlos Alberto Pereira Van-Dunem, mecânico; José Manuel Lisboa, mecânico; João Lopes Teixeira, mecânico; Garcia Lourenço Conreiras, enfermeiro; Florêncio Gamaliel Gaspar, enfermeiro; José Diogo Ventura, enfermeiro; Adão Domingos Martins, enfermeiro; João Fialho da Costa, enfermeiro; Manuel Bernardo de Sousa, enfermeiro; Fernando Pascoal da Costa, proprietário; Joaquim Figueiredo, funcionário dos Correios; Sebastião Gaspar Domingos, proprietário; Manuel Batista de Sousa, tipografo; Pascoal Gomes de Carvalho Junior, funcionário da Saúde; Armando Ferreira da Conceição Junior, funcionário do Consulado; Luis Bessa, funcionário dos Correios; Mario Lopes Guerra, funcionário de Economia, contista e artista plastico; Manuel César Correia, agricultor; João Maria Napolitano, contabilista; Humberto Fernandes da Costa; Sebastião Lemos da Silva; Teixeira da Silva; João Pedro de Andrade; Francisco Miranda Pimentel; Jorge Miranda Pimentel; Domingos Lourenço Cadete; Domingos Luis Serafim; Pascoal Pedro Gama; Pascoal André Felix Macuéria; João Gonçalves da Gama; Martins Sebastião Diogo; Santos Lopes; Inacio Francisco de Carvalho; Pedro Adão Cristovão; Domingos Agostinho; Sebastião da Silva Pinto; Guilherme da Silva Feijó; João Paulo; Antonio Arnaldo; Gaspar Mateus; Tomás Adão da Silva; Baptista Barreiro; Diogo Domingos Vaz Conreiras; Bento Prata; Ferreira, marinho; Alfredo Araújo Furtado de Antas, funcionário aposentado, 64 anos; A. Carlos Gamboa, marceneiro; César Pedro, alfaiate; Francisco Adolfo João Pedro, estudante; João Fialho; Joaquim Gamboa, agente comercial; Pedro Trindade, mecânico electricista dos C.T.T.; Padre Martinho Campos; Padre Alfredo Osorio; Vieira do Espirito Santo, funcionário publico; Carlos Manuel Bernardo funcionário.

A grande farsa do «Movimento dos Portugueses em São Paulo» (I)

M. REIS

Era para nós muito mais grato escrever algo elogiavel sobre este pseudo movimento, e não termos dúvidas em o fazer, se realmente ele fosse alguma coisa de construtivo e honesto em favor de Portugal e da lusobrasilidade, mas infelizmente não passa de uma farsa, idiota e repugnante, assim é nosso dever desmascará-lo publicamente e demonstrar que é um movimento reacionario e politico, dirigido pelos mesmos individuos sobre quem já escrevemos nestas columnas, Alberto Afonso Salgado, Gabriel Pinho da Cruz e ainda uma brasileira, á cata de votos para as proximas eleições, juntamente com mais alguns individuos de menos importância.

São de autoria de Gabriel Pinho da Cruz estas palavras: "não pode dizer-se português, quem vive a espalhar ódio entre irmãos", pois é ele Gabriel Pinho da Cruz e a sua camarilha, quem mais ódio tem semeado entre os portugueses de São Paulo, foi esse senhor que criou serios problemas na "Casa de Portugal", que culminaram pelo seu afastamento total dessa agremiação; foi ele e a sua camarilha, que criaram serios problemas no "Elos Clube", tendo-se afastado dessa coletividade, por não terem conseguido os seus objetivos politicos, mesmo assim, a sua campanha não tem tréguas, ainda hoje estão tentando abrir ali uma brecha, por intermédio de um seu vassallo. Citamos estas duas coletividades como exemplo, por estarem absolutamente fora da opção, antes pelo contrário, vão muito mais pela cartilha de lá. Mas podemos ir mais longe; a "Tertúlia Académica" é outra coletividade, contra quem esses senhores investem, e ali não é feita qualquer especie de politica, e por último, agora contra o Clube Português; serve de desculpa um baile realizado na noite de 31 de Dezembro, mas a sua campanha contra essa coletividade já vinha, de há tempo, muito antes deste baile.

O movimento arregimentou uma duzia de comendadores e aspirantes, conseguindo dos mesmos contribuições mensais variáveis, para nos jornais de São Paulo, fazer campanha salazarista, com escritos de mercenários brasileiros e bem pagos, mas como não foram muito bem sucedidos estão tentando mudar de táticas, sempre com o mesmo objetivo, a propaganda salazarista e projeção pessoal. Portugal e a luso-brasilidade, são pa-

Portugal em 2o. lugar na maratona Belica

BRUXELAS, 13 — O ministro da Defesa Nacional belga, P. W. Sengers, indicou hoje, na Câmara, durante o debate do orçamento do seu Ministério, que entre os países da O.T.A.N., os primeiros lugares no campo das despesas militares, em percentagem do respectivo produto nacional bruto, são ocupados pelos Estados Unidos (11%), Portugal (8,6%), França, (7,84%), Grã-Bretanha, (7,44%), Turquia (5,6%), Grécia (5,51%), Canadá (5,19%), e Alemanha Ocidental (4,9%). A Bélgica ocupa o último lugar com 3,38% e a Dinamarca, o Penúltimo com 3,43%. — (F.P.).

ra eles coisas absolutamente secundárias. Se realmente fosse esse o seu fim, a sua ação seria totalmente diferente, porque existem na comunidade problemas, que é necessario enfrentar e resolver, sem atividades politicas, que esses senhores, bem se poderiam dedicar anonimamente e com a colaboração de todos, num trabalho de equipe, sem intrigas torpes como a que sistematicamente fazem Gabriel Pinho da Cruz e Alberto Afonso Salgado, contra o Comendador Pereira de Queiroz, uma das mais nobres figuras da nossa comunidade, generoso, bom e modesto, que deveria merecer o respeito de todos os salazaristas.

O movimento, impondo essa triste farsa da festa do Ibrapuera a favor da Cruz Vermelha Portuguesa, mais de antemão sabiam que não obteriam qualquer lucro positivo, o seu unico fim, foi a propaganda politica e conseguir a colaboração de alguns artistas que não morrem de amores por Salazar, que ingenuamente deram a sua adesão aos "patos bravos" como muito bem lhe chama o Raul Mota. Chamaram essa festa de "Portugal cantando chora os seus mortos de Angola" ou coisa parecida, definição estúpida e ridícula, mas depois da festa, na mesma noite, foram-se emberrar até às 5 horas da manhã numa casa de fado, na maior animação possível, tal era o seu "sentimento pelos mortos"... O mesmo aconteceu quando foram assistir à manifestação do Rio de Janeiro, a proposito do caso de Goa; á noite lá foram para as casas de fado comer e beber, bem dispostos e animados; cínicos e hipocritamente; andaram publicando na imprensa de São Paulo meias paginas com a fotografia do Ibrapuera, o dinheirinho que realmente deveria ir para a Cruz Vermelha Portuguesa, se fossem honestos, foi para publicidade e plaquinhas de ouro. Esses homens são burros e estúpidos, por nem uma propaganda inteligente de Salazar sabem fazer. Para encher o Ginasio do Ibrapuera, basta anunciar Amalia Rodrigues A "Portuguesa de Desportos" coloca um Zé dos Anzóis a cantar fados nas suas festas populares. e enche todas as noites, chegando ao fim com um lucro de 3 a 4 milhões de cruzeiros líquidos, apesar das elevadissimas despesas; assim, se desejassem realmente conseguir fundos para a Cruz Vermelha, teriam feito coisa semelhante e sem publicidade depois da festa realizada.

Quem se fica a rir sempre, no fim das contas é o tal Santos Mendes, que recebia Cr\$ 20.000,00 mensais do movimento e as comissões da publicidade.

O movimento dos portugueses de São Paulo, que fala abusivamente em nome de 300 mil portugueses, não passa de uma duzia de patucos, comandados por Gabriel Pinto da Cruz e Alberto Afonso Salgado, que se desejam fazer propaganda do seu nome, assinando telegramas e artigos regidos por outros, e são esses dois homens, cheios de ódio na alma e maldade no cerebro, por vaidade e fanatismo a Salazar, que tramam contra a Casa de Portugal, "Elos Clube", "Tertúlia Académica" e "Clube Portugues", que tem o topete de falar em confraternização dos portugueses, por intermédio desse movimento falso e oco, de que só eles desejem ser os donos e senhores, porque os melhores elementos da comunidade, por culpa deles, estão totalmente afastados; a unica coisa real e positiva que têm feito, é provocar dissensões, intrigas e malquerer nas coletividades por onde têm passado e não conseguem impôr a sua vontade; trazem meia duzia de carneiros á sua volta, também famintos de umas comendazinhas e nada mais. Por hoje é só, mas voltaremos: até o próximo numero.

Uma denuncia! A politica internacional de Salazar

JORGE DE SENA

Quando subiu ao poder, em 1927, após os meses administrativamente e politicamente desorientados dos governos militares da ditadura instaurada em Maio de 1926, Salazar encontrou, na politica internacional do país, um esquema de relações já antigo que, pouco a pouco, as exigências do seu fascismo o levaram a modificar. Esta modificação só se torna publicamente patente, por ocasião da Guerra Civil espanhola. Até aí, não se pode dizer que, desde o século anterior, a politica externa tivesse sofrido modificações nitidas. Portugal, incluído no círculo de interesses da Inglaterra, só ensaiava aproximações diplomáticas com outros países, quando precisava equilibrar, em seu próprio favor, o imperialismo britânico. A subida ao poder, na Europa, dos governos de força, se correspondia nos anos 30 ao gosto de Salazar e do rebotalho demo-liberal que com ele fez a opressão, não foi oficialmente saudada em Portugal com proclamações de identidade ideológica. Isso iria contra a tese oficial de que o governo de Salazar era apenas uma transição autoritária, inadiavelmente necessária para a "pacificação" do Estado português.

Esta "reconstrução", feita de acordo com os interesses da especulação e do proteccionismo monopolista (conforme os casos, proteccionismo de indústrias nacionais incipientes ou de uma politica alfandegária de importações privilegiadas), interessava por demais na exploração colonialista a banca internacional, para que a imprensa internacional, subordinada a esta, se preocupasse com uma supressão de liberdades, cuja taxa de juro, tão má para o desenvolvimento economico do país, era tão boa para um comércio internacional de divisas, feito através dos bancos portugueses. A guerra civil espanhola, preparada em Portugal e que de Salazar recebeu as suprindidas armas, foi uma audaciosa intervenção na politica interna do país vizinho, e só escandalizaria, na época, aqueles portugueses que, ideologicamente de esquerda, viam na vitória do fascismo o primeiro passo para o triunfo internacional das ideologias que levariam o mundo à hecatombe de 1939-45. Em face dessa guerra civil, a sociedade portuguesa reagiu com a mesma hipocrisia que o resto do mundo, e Salazar pôde à vontade explorar a desconfiança tradicional do povo português em relação à Espanha, acenando-lhe com os perigos expansionistas de uma Espanha subversiva, quando esse expansionismo era bem mais perigoso, em termos capitalistas, com uma Espanha autoritariamente unida. Daí em diante, até às vésperas da derrota das potências do Eixo Berlim-Toquio, a politica internacional de Salazar jogou na vitória delas, contra a maioria esmagadora da opinião pública portuguesa, apenas favorável aos "aliados" contra os "boches" (ainda em termos da participação na Guerra de 1914-18), ou simpatizantes com a ideologia progressista da Carta do Atlântico. A Inglaterra não exigiu o cumprimento do tratado de aliança multi-secular, senão para a cedência de bases nos Açores, que permitissem dominar a actividade dos submarinos alemães que chegaram a abastecer-se na costa continental portuguesa. Salazar recusou a cedência dessas bases, que, no fim da guerra, fez aos Estados Unidos, ante um ultimato a que se curvou. Mas é bom que se diga que, nesses dias críticos, a ocultação de luzes e a prevenção rigorosa dos quartéis portugueses, não se sabia, até ao discurso de Salazar, se eram contra os prováveis aviões norte-americanos invasores, se contra as represálias possíveis dos aviões alemães. A neutralidade de Península Ibérica, que Salazar e Franco apresentaram depois como sinal de independência ante o expansionismo hitleriano, poupava a este forças de ocupação dispensáveis, por ser benevolente para ele essa neutralidade; e, como a da Suécia, não deixara de servir os interesses da alta finança "aliada" que, por intermédio de Portugal, continuou rendosamente a comércio com a Alemanha, e a manter militarmente, à custa da ambivalente cobardia de Salazar, uma ameaça de ocupação para que não tinha forças suficientes.

Desde então, unindo a sua politica à da Espanha franquista, Salazar encontrou nos esquemas tradicionais uma grande liberdade de acção diplomática: o tratado inglês, permitia-lhe, com o apoio inglês, recusar aos Estados Unidos excessivas vantagens que desequilibrassem interesses ainda muito ligados à finança colonialista franco-britânica; e, ao mesmo tempo, preparar a sua integração na industria occidental "anti-comunista" que sucederia ao "anticomunismo" hitleriano, recusando à Inglaterra o que cedia aos Estados Unidos. Por essa época, o abandono do padrão-ouro esterilino foi o golpe preparatório da reconversão, e colocou os bancos portugueses, pelo negócio fabuloso com as divisas britânicas, em posição de assumirem em relação aos bancos ingleses autonomia de depositantes rendosos. Esta autono-

mia, porém, era associada aos interesses das companhias colonialistas anglo-franco-belgo-portuguesas, que ainda se opunham à penetração por parte das companhias alemãs. Quando, porém, os Estados Unidos deram início à reconstrução da Alemanha, e determinados grupos norte-americanos se uniram aos poderosos grupos germânicos que foram poupados na desnazificação, novamente Salazar pôde fazer uma readaptação internacional, tanto mais urgente quanto o anti-colonialismo começava a tomar aspectos perigosos, transferindo da ocupação agrário-financeira para uma politica de investimentos, "desenvolvimentista", o esquema ocidental de exploração dos países sub-desenvolvidos.

A rebelião de Angola e a crise indiana, apesar de previsíveis de longa data (pois que a primeira era conexa com o anti-fascismo de muita população branca, e a segunda começara, antes da i'depe'dência da União Indiana, quando Salazar promulgou o Acto Colonial, em 1954, suprimindo nas "colónias" a autonomia administrativa de que Goa sempre gozara), menos colheram Salazar de surpresa, do que serviram a sua técnica de manter-se no poder pelo immobilismo e as readaptações. A independência de Angola, território riquíssimo, interessa tão pouco certos sectores americanos e europeus, como Salazar e os seus banqueiros. Ou interessa apenas quando estiverem solidamente instalados no território angolano aqueles interesses germano-americanos que têm, da extracção das matérias primas ou de metais preciosos, concepção diversa aos grupos anglo-franco-belgo-portugueses afeitos a um baixo custo de mão de obra (sem o qual não é possível a manutenção, em regime de companhias soberanas, de vastos territórios), e subsidiários de uma industrialização centrada na Europa. As manifestações anti-norte-americanas, orquestradas em Lisboa (onde não é possível sem aparecer um tanque repressor, juntarem-se duas dezenas de pessoas na rua), foram e são, ao mesmo tempo, expressão do desespero desses grupos feridos (tal como as "desordens" congolezas), e manobra salazarista para que os Estados Unidos não lhe retirem o apoio político, já que, se o anti-americanismo sai à rua com Salazar, como não sairia sem ele!...

Nesta politica, a invasão de Goa pela União Indiana foi uma peça fundamental. Salazar teve sempre, como ponto essencial da sua diplomacia internacional, o ganhar tempo até à Terceira Guerra Mundial, quando as necessidades estratégicas da luta dos Estados Unidos com a Rússia "congelassem" autoritariamente todos os problemas... Foi isto mesmo que, nas exigências de consolidação do seu prestigio nacional, o governo da União Indiana acabou por compreender. Mas era isto mesmo o que, a certos sectores occidentais, partidários intransigentes da manutenção de uma economia de guerra, e não menos intransigentes adversários de uma estabilização na coexistência pacífica, ambigualmente interessava. Que a União Indiana invadisse Goa era muito mais vantajoso do que o Portugal de Salazar negociar com ela. Salazar não tem força politica para resistir a uma pressão eficaz para negociar; e se nunca negociou, é porque essa pressão nunca foi feita. Demasiado a União Indiana tem assumido uma atitude de neutralismo e pacificação, que é inconveniente no desequilíbrio de forças em que terá de ser feita a negociação internacional da coexistência pacífica, se uma guerra generalizada e súbita não impedir essa negociação. E Salazar não fez mais de fingir uma resistência — nem mais se lhe podia, nem mais era necessário para a sua propaganda interna. E só lhes restava depois, alegando que a Inglaterra recusara a passagem de tropas que defendessem Goa

(tropas que, meses antes, ele retirara), orquestrar manifestações anti-inglesas. Estas manifestações, porém, encerram um sentido gravíssimo, cuja denuncia é da mais vital importância.

Por quê? E' sabido que a Inglaterra tende cada vez mais a restringir-se, na defesa dos interesses do seu reformismo sócio-conservantista, aos pontos na aparência mais vitais, deixando a guarda dos outros interesses mais vastos, ou mais importantes só a maior escala, aos Estados Unidos. Mas não é igualmente sabido, mesmo nas chancelarias, que a Aliança Luso-Britânica, sucessivamente renovada desde o século XIV, é incompatível com o codicilo secreto do Pacto Ibérico, que autoriza Salazar e Franco a reciprocamente intervirem nos respectivos países, se os seus governos se virem ameaçados pela "subversão" interna... Portanto, quando as contradições portuguesas se aproximam cada vez mais de uma fase revolucionária, é da maior importância para Salazar neutralizar a Aliança Britânica, que prevê a defesa automática das fronteiras portuguesas contra a Espanha, e deixar a iniciativa dessa neutralização à própria Inglaterra, indisposta com um Portugal em que os seus interesses diminuem, e que se desagrada enfim de uma popularidade sempre ameaçada em Portugal pelas memorias do seu imperialismo nos séculos XIX e XX, quando a Inglaterra ocupou territórios portugueses da África, ou não queria que Portugal entrasse na Primeira Grande Guerra, por ter com a Alemanha um tratado secreto, pelo qual, em última instância, a paz poderia ser obtida com a repartição, entre ambos os países, das colónias da África Portuguesa... Ora, dado que o "portaviões" da Península Ibérica é essencial à estratégia norte-americana, não será o Estado Maior norte-americano quem se oporá a que Franco intervenha em Portugal... Tudo isto, é claro, releva da pura mistificação fascista, com que os nazi-fascistas dispersos na Europa, ou emigrados para as Américas, procuram preparar não só a sua sobrevivência, mas o eventual triunfo, em caso de, graças aos seus pertinazes esforços, piorar a situação internacional. Desses planos, a manutenção do "statu-quo" ibérico é parte integrante. De modo que, no momento em que Salazar se prepara para, com a connivência dos conspiradores que transformaram o Pacto do Atlântico num instrumento ao seu serviço (e não apenas de demo-liberalismo ocidental), continuar a repressão absurda da rebelião angolana, e se prepara também para vender a uma Espanha autoritária a independência portuguesa, urge mais do que nunca desmascará-lo, e chamar a atenção dos governos responsáveis para a cilada que lhes é armada pelo ditador mais antigo do mundo, e pelos seus admiradores de todas as raças dispersos pelas Américas, e cujo patriotismo fascista não lhes permite viverem nos seus países de origem, ou os obriga a intrigar pela "causa", solapando os esforços da democracia para libertar-se das cauções trágicas do racismo e da exploração do homem pelo homem. E muita gente ignora ou finge ignorar que o povo português tem sido — não só no ultramar — um dos mais impiedosamente explorados.



A gravura é a reprodução da capa de NOVE POEMAS, de Carlos Maria de Araújo, em lançamento, neste mês de Março, pela Editora Massao Ohno, de S. Paulo. A capa e as ilustrações de NOVE POEMAS são do jovem artista Acaacio Assumpção. Há ainda, fora do comércio, uma tiragem com gravuras de Clovis Graciano. Pedidos à Redação de PORTUGAL DEMOCRÁTICO ou à Sucursal do Rio.

Comunicado do Comite dos Intelectuais:

Por noticia das agencias internacionais, divulgada nos jornais de 24 de fevereiro corrente, o sr. professor doutor Zaluar Nunes, da Universidade do Recife, e português naturalizado cidadão brasileiro, teria dado a publico em Lisboa declarações algo estranhas, após a sua libertação pelos agentes da PIDE de Salazar, que o havia detido. Segundo essas declarações, o referido professor teria descoberto em Portugal que eram falsos e caluniosos para Salazar a sua policia os termos do protesto lavrado pelo Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, divulgado na imprensa brasileira e no numero 36 do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO de maio de 1960, a proposito da aparição do cadaver do capitão Almeida Santos.

A serem falsos e caluniosos os termos desse protesto, só o poderiam ser em face das "investigações" e do "julgamento" dos "criminosos" a que ulteriormente procedeu o governo de Salazar. Ainda segundo essas declarações, o professor Zaluar Nunes apenas pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO teria sabido que assinara esse protesto.

E' preciso esclarecer que todos os integrantes do Comité, dispersos pelo Brasil, para declarações que se revestissem de carater urgente e não envolvessem afirmações de principios ideologicos, haviam delegado ao Presidente do mesmo Comité os seus poderes. Nessas condições, o professor Zaluar Nunes assinou aquela declaração como muitas outras, e nunca de publico as desmentiu ou em carta dirigida ao Comité. Passados vinte meses sobre aquele protesto, para ser libertado pela PIDE, o mesmo professor declara em Lisboa que foi vitima de um abuso de confiança. O Comité quer crêr que esse abuso de confiança só pode ter sido aquele de que o mesmo professor foi vitima por parte da PIDE que, do mesmo passo, pretende assim comprometê-lo, comprometendo tambem a dignidade do Comité dos Intelectuais. Não sendo esse o abuso de confiança, só resta a hipótese de equívoco do professor Zaluar Nunes, quando aderiu ao Comité sem compreender a responsabilidade que isso implicava.

- João Sarmento Pimentel
- Adolfo Casais Monteiro
- Carlos Cruz
- Fernando Correia da Silva
- Fernando Lemos
- Francisco Sarmento Pimentel
- Henrique Pereira Santo
- Jorge de Sena
- Paulo de Castro
- Santos Baléizão
- Vitor Ramos

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Avenida Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22-9224 — a/c ROMAX IMP. EXP. LTDA.

REPRESENTANTES

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Algo — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Manca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano VI — N.º 58 Março de 1962

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.